



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**ESCOLA DE MINAS**  
**DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**  
**TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO**



**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS VOLTADOS PARA O LAZER E O ESPORTE**  
**EM PERIFERIAS DE OURO PRETO - ESTUDO DE CASO NO BAIRRO VILA**  
**APARECIDA**

**RODRIGO DE CASTRO SILVA VERSIANI PASSOS**

**Ouro Preto – Minas Gerais**

**2020**

**RODRIGO DE CASTRO SILVA VERSIANI PASSOS**

**ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS VOLTADOS PARA O LAZER E O ESPORTE  
EM PERIFERIAS DE OURO PRETO - ESTUDO DE CASO NO BAIRRO VILA  
APARECIDA**

Trabalho final de graduação do aluno  
Rodrigo de Castro Silva Versiani Passos  
orientado pela professora doutora Alice  
Viana de Araújo, como requisito parcial  
para obtenção do grau de bacharel em  
Arquitetura e Urbanismo

**Ouro Preto – Minas Gerais**

**2020**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P289e Passos, Rodrigo de Castro Silva Versiani.  
Espaços livres públicos voltados para o lazer e o esporte em periferias de Ouro Preto [manuscrito]: estudo de caso no bairro Vila Aparecida. / Rodrigo de Castro Silva Versiani Passos. - 2020.  
98 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Viana de Araújo.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Espaços públicos. 2. Lazer ativo. 3. Lazer - Aspectos sociais. 4. Qualidade de vida. I. Araújo, Alice Viana de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



UFOP  
Universidade Federal  
de Ouro Preto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Escola de Minas  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo



## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 16 de Dezembro de 2020, reuniu-se a banca examinadora do trabalho apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso Arquitetura e Urbanismo da Escola de Minas da UFOP, intitulado: **ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS VOLTADOS PARA O LAZER E O ESPORTE EM PERIFERIAS DE OURO PRETO - ESTUDO DE CASO NO BAIRRO VILA APARECIDA**, do aluno(a) **RODRIGO DE CASTRO SILVA VERSIANI PASSOS**.

Compuseram a banca os professores(as) **ALICE VIANA DE ARAÚJO** (Orientadora), **MAURÍCIO LEONARD DE SOUZA** (Avaliador 1) e **NATÁLIA MARA ARREGUY OLIVEIRA** (Avaliadora 2). Após a exposição oral, o candidato foi arguido pelos componentes da banca que reuniram-se reservadamente, e decidiram, **APROVAR O TRABALHO**, com a nota 7,3.

Orientadora

Avaliador 1

Avaliadora 2

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, responsável pelo o que sou, principalmente aos meus pais, Yara e Philipe e irmãos, Gustavo e Maria Lúcia. Também sou muito grato aos professores da UFOP, em especial a minha orientadora, Alice e professores, Rodrigo, Monique e Karine, fundamentais em todo o meu processo de formação. Este trabalho não seria possível sem o apoio dos amigos, em especial, Emanoele, Ramon, Paula e Thiago, que em muito contribuíram, e Marina, minha companheira, sempre presente com apoio e carinho.

Se tenho alguma certeza na vida, é a de ter muita sorte por conviver com pessoas maravilhosas, que deixam tudo mais fácil e especial.

A luta é árdua e tremendamente dura, precisa de muita perseverança, precisa daquilo que o vulgo chama de “garra”, ou seja, de esforço e confiança em si próprio. Acredite que nem tudo será vitória, mas a cada derrota levante a cabeça e lute, como se nada houvesse acontecido, em razão de ser a derrota um eficaz exemplo para a próxima vitória

João Ribeiro de Castro Silva Júnior,

o meu avô.

## RESUMO

A ocupação do espaço nas cidades brasileiras é frequentemente o resultado de um crescimento urbano desordenado, mais relacionado aos interesses político-econômicos privados do que ao bem estar público. Assim, revela problemas em diferentes esferas, ligados a uma estrutura social desigual. As diferenças são perceptíveis, sobretudo no acesso discrepante à infraestrutura urbana e a equipamentos públicos, que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida. Em Ouro Preto (MG), o contraste é nítido entre centro e periferia, sobretudo quando se trata do acesso a espaços públicos de qualidade. Este trabalho apresenta uma análise comparativa dos espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto e um bairro pericentral a ele, a Vila Aparecida. Buscou-se comprovar a hipótese de que, além de existir um grande desequilíbrio na oferta de espaços de lazer ativo entre as áreas estudadas, a carência de espaços livres públicos ao longo das principais conexões entre elas, por si só, já resulta em uma quebra no sistema de espaços livres públicos da cidade, isolando a população periférica das áreas de lazer. Acredita-se ainda, que essa demanda por espaços livres e públicos, voltados para o lazer ativo no bairro pode ser suprida com o uso de estratégias não convencionais.

Palavras chave: *Espaços Livres de Uso Público; Sistema de Espaços Livres; lazer ativo; cotidiano; qualidade de vida.*

## ABSTRACT

The occupation of space in Brazilian cities is frequently the result of a disorderly urban growth, more related to private political-economic interests, than to public welfare. In that way, it reveals problems in different spheres, connected to an unequal social structure. Differences are noticeable, mainly on the access of urban infrastructure and standart quality public equipment, that may contribute for a better life quality. In Ouro Preto (MG), the contrast between the historical center and its outskirts is clear, especially when it comes to accessing good quality public space. This paper presents a comparative analysis between Ouro Preto's Historical Center and a peri-central neighborhood, Vila Aparecida. It was Sought to prove the hypothesis that, besides the existence of a big unbalance when it comes to active leisure public spaces offer on the studied areas, the need of open public spaces on the main connections between them, by itself, results in a gap on the system of open public spaces, isolating the peripheral population from leisure areas. It is yet believed, that this demand for public and open spaces, destined to active leisure on the neighborhood can be supplied with the use of non-conventional strategies.

Keywords: *open spaces of public use; open spaces system; active leisure; Everyday life; life quality.*

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Principais núcleos de ocupação da cidade configuram seu espaço urbano ainda no século XVIII. ....	14
Figura 2:Mancha Urbana de Ouro Preto no ano de 1950.....	16
Figura 3:Mancha Urbana de Ouro Preto no ano de 1978.....	17
Figura 4: Mancha Urbana de Ouro Preto no ano de 2004.....	18
Figura 5: Roda de capoeira do Grupo Cativeiro na Praça Tiradentes.....	23
Figura 6: Xterra em Ouro Preto.....	24
Figura 7: programa BH é da gente.....	25
Figura 8: Funções Predominantes nos ELUPs da ZPE de Ouro Preto.....	28
Figura 9:Vista aérea do Parque Vale dos Contos.....	29
Figura 10: Praça da UFOP.....	29
Figura 11: Inserção urbana do Campo da Água Limpa.....	30
Figura 12: Jogo de rugby no Campo da Água Limpa.....	30
Figura 13: Praça Esportiva do Alto das Dores.....	31
Figura 14: montagem de estrutura para o Festival de Blues e Gastronomia na Área de Lazer do Cabeças.....	32
Figura 15: Quadra de futsal da Área de Lazer do Cabeças em jogo de futsal.....	32
Figura 16: Quadra do São Cristóvão.....	34
Figura 17: Fala Favela Ouro Preto, 2010.....	35
Figura 18: Análises de espaços livres do bairro Piedade.....	36
Figura 19: Igreja da Piedade e Mundéu.....	36
Figura 20- Planta de Macro-setorização do Distrito Sede de Ouro Preto.....	37
Figura 21:áreas de preservação analisadas.....	39
Figura 22:Vista externa da Vila Aparecida.....	41
Figura 23:Imagem de satélite do bairro Vila Aparecida.....	42
Figura 24:: Imediações do bairro Vila Aparecida.....	43

Figura 25: Imediações do bairro Vila Aparecida. Produzido pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth). .....	43
Figura 26: Acesso ao bairro pela rua Rodrigo Silva.....	43
Figura 27: Vila Aparecida vista a partir da Rua das Mercês, no Centro Histórico .....	49
Figura 28: Praças e Largos da Vila Aparecida reconhecidos pelo poder público. ....	50
Figura 29:: Análises da Praça Benjamim Gonçalves de Faria.....	51
Figura 30: Quadra da Vila Aparecida na Praça Benjemim Gonçalves de Faria.....	51
Figura 31: Análises de espaços reconhecidos pelo poder público.....	52
Figura 32: Largo Maria Timóteo Dias.....	53
Figura 33: Largo Maria Timóteo Dias.....	53
Figura 34: Análises da Praça Prefeito Alberto Caram.....	54
Figura 35:: Festa de Nossa Senhora de Aparecida na Vila Aparecida .....	54
Figura 36: Análises do largo do Bar do Guru. Feita pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.....	55
Figura 37: Largo no encontro das ruas Rodrigo Silva e Engenheiro Corrêa.....	56
Figura 38: Travessa 13 de Maio. ....	56
Figura 39: Análises Casa dos Inconfidentes.....	57
Figura 40: Casa dos Inconfidentes. Acervo pessoal, 2019.....	57
Figura 41: atividade do Grupo de Teatro CATOP .....	58
Figura 42: Excursão ao Museu Casa dos Inconfidentes .....	58
Figura 43: Vista da Vila Aparecida, a partir de residência na Praça Prefeito Alberto Caram. ....	59
Figura 44: Análises entrono: barra. ....	60
Figura 45: Análises do entorno: IFMG e UFOP. ....	61
Figura 46: UFOP Campus Aberto .....	62
Figura 47: UFOP Campus Aberto. ....	62

Figura 48: Diagrama: Espaços livres principais e potenciais para o lazer da Vila Aparecida.....	63
Figura 49: Vista para o Museu Casa dos Inconfidentes. ....	64
Figura 50:Urbanismo tático em Fortaleza (CE) .....	66
Figura 51: Urbanismo tático em São Paulo.....	66
Figura 52: Projeto de capoeira para crianças do Grupo Cativoiro.....	67
Figura 53: Diretrizes: Praça Benjamim Gonçalves de Faria. ....	68
Figura 54: Atleta Lucas Tobias, medalha de prata no Mundial de Ginástica de Trampolim 2018, integrante do Instituto Trampolim.....	69
Figura 55: Largo no entroncamento viário (r.Eng Cprêa x r. Rodrigo Silva).....	69
Figura 56:Doretrizes: entroncamento Bar do Guru .....	70
Figura 57:: Diretrizes Travessa 13 de Maio .....	71
Figura 58: Praça Prefeito Alberto Caram, na Vila Aparecida.....	72
Figura 59: : Ponto de ônibus em frente à Capela de N.S de Aparecida, na Vila Aparecida (Ouro Preto).....	72
Figura 60: Análises da Praça Prefeito Alberto Caram.....	73
Figura 61:Diretrizes Praça Prefeito Alberto Caram .....	74
Figura 62:Rua Eng. Corrêa entre a Capela e o Museu. ....	75
Figura 63:concreto pigmento e pintura a quente. ....	76
Figura 64:Diretrizes R. Eng. Corrêa entre o Museu e a Capela. ....	76
Figura 65: Museu Casa dos Inconfidentes.....	77
Figura 66:Mapa de usos proposto para a área externa do Museu Casa dos Inconfidentes .....	78
Figura 67: Diagrama de análise da oferta de atividades no sistema proposto.....	80

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Espaços Livres de Uso Público e o lazer na sociedade contemporânea.....</b>	<b>4</b>
2.1 A importância do lazer na sociedade contemporânea.....	4
2.2 O papel dos espaços livres públicos na fruição do lazer .....	6
2.3 Democratização do lazer ativo e desigualdades no acesso a espaços livres públicos em cidades brasileiras .....	11
<b>3. Lazer ativo nos espaços públicos do distrito sede de Ouro Preto (MG).....</b>	<b>14</b>
3.1 O acesso às atividades de lazer no Distrito Sede de Ouro Preto.....	14
3.2 O acesso ao lazer ativo e a dicotomia entre centro e periferia.....	25
<b>4. Incrementando o lazer ativo na Vila Aparecida.....</b>	<b>40</b>
4.1 Breve Histórico: origem e caracterização do bairro .....	40
4.2 Oferta e demanda: os espaços livres públicos da Vila Aparecida e espaços potenciais para intervenção.....	48
4.3 Diretrizes de incremento do lazer ativo no bairro .....	64
<b>5. Considerações Finais .....</b>	<b>81</b>
Referências Bibliográficas.....	83



## 1. Introdução

Qualidade de vida é um tema em alta nos dias de hoje. Todos, e percebe-se que muitas pessoas tomam determinadas atitudes para ter uma vida melhor ou refletem sobre como alcançar esse objetivo. Mas, afinal de contas, o que esse termo significa? Alguns podem afirmar que é relativo à saúde, a ter condições de vida digna, se sentir integrado e ativo dentro da sociedade ou apenas se sentir bem consigo mesmo. A resposta pode estar também relacionada a todos esses itens e talvez ainda a outros. Não é proposta aqui uma definição conceitual, mas uma compreensão da amplitude do termo, abordado por diversas ciências, inclusive dentro das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente na Arquitetura e no Urbanismo. Educação, saúde, integração cultural e social - a melhoria da qualidade de vida nesses aspectos pode ser obtida de diferentes formas, inclusive por meio da integração do lazer e do esporte no cotidiano das pessoas, e nossa área específica de estudo pode ser uma parte do caminho com este fim.

Em um mundo cada vez mais urbano<sup>1</sup>, é urgente e relevante refletir sobre a gestão do espaço nas cidades e seu reflexo no dia-a-dia da população urbana. Compreendemos que a vida nas cidades não se limita a habitar e trabalhar - o dia-a-dia revela uma complexidade relacionada ao encontro, ao contato com o outro e às atividades que, ao serem desempenhadas, transformam a ambiência no espaço urbano (DUARTE, 2009). Essas dinâmicas são majoritariamente observadas nos espaços livres, simplesmente porque eles permitem ver e ser visto, além de por definição estarem aptos a ser apropriados por todos. O valor desses espaços para a vida cotidiana está ligado a aspectos sociais, políticos, ambientais, de salubridade e, portanto, de qualidade de vida.

De acordo com Queiroga (2014), entre todos os espaços urbanos, são os espaços livres que têm mais facilidade em acolher mudanças e abrigar as mais diversas manifestações, por isso são os locais de maior apropriação pública. Segundo Miranda Magnoli (2006), esses espaços são aqueles livres de edificação, incluindo nessa definição espaços privados, públicos, com ou sem vegetação, ou seja, todo espaço descoberto (QUEIROGA, 2014). Dessa perspectiva, os espaços livres públicos têm fundamental importância para a vida nas cidades brasileiras, pois têm a potencialidade, por definição,

---

<sup>1</sup> Hoje, mais da metade da população mundial vive no meio urbano (55% segundo a conferência das Nações Unidas) e a perspectiva é de que essa parcela aumente nas próximas décadas.

de abrigar diferentes formas de apropriação no dia a dia urbano, incluindo diferentes camadas sociais na esfera pública (HABERMAS, 1961). Todavia, como explica Queiroga (2014), a esfera pública jamais pode ser determinada pelos espaços, que podem incentivá-la ou não, dependendo da qualificação destes. Como explica o autor, enquanto a vida privada encontra seu maior abrigo nos espaços edificados, a vida pública tem seu maior amparo nos espaços livres públicos, desde que cumpram seu propósito, por resolução, de acessibilidade ampla.

No entanto, o crescimento rápido e desordenado, característica comum a várias cidades brasileiras (HUFFNER, 2017), tem mostrado sérias consequências para a qualidade de vida urbana, como o aumento da impermeabilização do solo e, entre outras, o esgotamento de áreas livres disponíveis para serem convertidas em espaços públicos voltados ao lazer ativo ou passivo (LONDE, 2015). Além disso, vemos que o desenvolvimento urbano contemporâneo, como aponta Harvey (2008), repete um padrão recorrente na história das cidades: é controlado por interesses políticos, mesclados às necessidades econômicas da classe dominante de maneira semelhante à descrita por Engels (1872) ainda no século XIX, refletindo a desigualdade no acesso à vida urbana. Assim, percebe-se que a qualidade de vida nas cidades se tornou, também, uma mercadoria, e quanto mais segregada é a sociedade, mais latente é a diferença no acesso à direitos, que são tratados como prestação de serviços. A segregação, por Lefebvre (1968, pg. 104), priva a classe operária da *vida urbana*, impedindo a participação efetiva desta de forma equitativa na sociedade. Um exemplo é a desigualdade do acesso aos espaços de lazer - privados e até mesmo públicos - graças ao desequilíbrio de qualidade urbana entre os bairros dos mais e dos menos privilegiados.

Podemos facilmente encontrar desigualdades no acesso aos espaços públicos nas cidades brasileiras, desde as mais antigas até as mais recentes. Para melhor analisar esse fenômeno, esta pesquisa tomou como estudo de caso a cidade de Ouro Preto (MG), cuja grande parte do tecido urbano formal se consolidou ainda nos séculos XVIII e XIX, mas que apresentou crescimento expressivo ao longo dos séculos XX e XXI graças à corrida industrial que marcou o inchaço das principais cidades do país. As regiões periféricas ao centro histórico começaram a ser ocupadas na década de 1930, pois a cidade não comportava em sua mancha urbana tradicional a população crescente decorrente da oferta de trabalho nas indústrias (SAYEGH, 2009). Essa população ocupou antigos vazios urbanos, áreas de declividade muito acentuada para a construção de habitações e antigas

áreas de mineração, pois, na ausência de políticas públicas e planejamento da expansão da cidade, não havia forma de abrigá-la em áreas já urbanizadas.

Atualmente essas periferias imediatas ao Centro Histórico do Distrito Sede de Ouro Preto, demarcadas como AP01 e AP02 pelo IPHAN <sup>2</sup>, são locais altamente povoados, predominantemente por uma população de baixa renda e que dispõe de poucos espaços voltados para o esporte e o lazer próximo a suas moradias. Dessa forma, a área de estudo delimitada para o trabalho está contida em uma dessas Áreas de Preservação em torno da Área de Preservação Especial (centro histórico tombado), entendendo-as como prioritárias para o estudo dos espaços livres públicos, pois: carecem deste tipo de equipamento, contém espaços livres públicos que precisam de uma requalificação para atender seus propósitos conceituais e abrigam uma população que provavelmente não dispõe dos recursos financeiros para frequentar o lazer privado disponível na cidade.

Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo trabalhar o tema dos espaços livres públicos em regiões periféricas, analisando como estudo de caso o bairro Vila Aparecida, em Ouro Preto (MG), localizado nas franjas do centro histórico tombado.

Para isso, a partir de pesquisa de referencial teórico, análises do mapa cadastral, pesquisa documental e visitas a campo, o lazer no Distrito Sede de Ouro Preto foi brevemente caracterizado sob a ótica do conceito de Sistema de Espaços Livres, para que fosse possível chegar à escala do bairro com um acúmulo do contexto regional. Posteriormente, foram analisados os espaços livres de uso público do bairro Vila Aparecida (OP), com o objetivo de identificar problemas e potencialidades, para realizar propostas de diretrizes em busca de uma melhor fruição do Sistema de Espaços Livres da área, que assim como muitos bairros periféricos de outras cidades brasileiras, possui problemas ligados à sua constituição irregular, sem planejamento e à ausência de infraestrutura urbana em períodos de sua história.

---

<sup>2</sup> Áreas de Preservação 01 e 02, delimitadas pelo IPHAN em sua planta de Macro-Setorização da portaria 312, de 2010 e compreendem, respectivamente a: (1) Serra de Ouro Preto (áreas de urbanização antiga, em cota muito elevadas); e (2) encostas visíveis a partir da Área de Preservação Especial (APE). Fonte: Portaria n312, 20/10/210, IPHAN.

## **2. Espaços Livres de Uso Público e o lazer na sociedade contemporânea**

### **2.1 A importância do lazer na sociedade contemporânea**

O lazer, como analisa Menoia (2000), ao longo do tempo, têm recebido várias definições relacionadas a diferentes perspectivas, contextos e dimensões - denúncia da relevância do tema para sociedade contemporânea. De acordo com a sua composição, pode ser entendido como o tempo livre de obrigações, durante o qual se desenvolve atividades de interesse pessoal, ou como aponta o sociólogo francês Dumazedier (DUMAZEDIER, 1976 apud MENOIA, 2000):

“um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”. (Dumazidier, 1976, p.94).

De acordo com as atividades desenvolvidas o lazer pode ser classificado como ativo (esportes, movimento e recreação) ou passivo (contemplação, sociabilização e entretenimento pessoal). O lazer passivo é observado com mais frequência nos espaços públicos, por estar ligado às práticas cotidianas e ser composto por atividades independentes de estruturas físicas específicas. Qualidade urbanística, espacial e fluxo constante de pessoas, no entanto, são determinantes para a apropriação de espaço para o lazer passivo mais duradouro (ARAÚJO, 2018).

Já o lazer ativo, consiste em atividades voltadas para o esporte e a recreação. São atividades mais dinâmicas, que envolvem mais intensidade de movimento. O histórico de espaços públicos voltados para esse fim, como apontam Araújo (2018) e Santos (2006), é mais recente do que o de lazer passivo, estando ligado ao movimento moderno e à ampliação dos usos dos espaços públicos, para além do contemplativo. Hoje, a adaptação de espaços públicos para incluir o uso ativo está em alta, mas, tanto a má adequação ao contexto (sociocultural, espacial ou ambiental) (ARAÚJO, 2018), quanto a falta de diversificação nos projetos para permitir a variedade de usos esportivos e recreativos (SANTOS, 2006) desqualificam a maioria desses espaços e demonstram que a maioria deles repete um padrão de forma genérica.

O esporte, segundo Santos (2006), é um fenômeno cultural pois, promovendo o encontro e, conseqüentemente, as interações sociais, se torna parte da cultura. Dacosta (1994) reafirma essa definição cultural do esporte:

(...) esporte é cultura, e no Brasil a excelência da cultura frequentemente se mostra no desporto. É esse esporte vinculado à cultura que se manifesta nas atividades de lazer, numa ampliação e diversificação deste (DACOSTA, 1994, p. 78).

Almeida e De Rose Junior (2010) também enxergam o esporte enquanto fenômeno social promotor de qualidade de vida, tanto por promover hábitos saudáveis no cotidiano das pessoas, quanto por ser fonte de uma produção cultural que fomenta a sociabilidade e a reflexão sobre os acontecimentos contemporâneos. Os autores mostram as mudanças na concepção do esporte a partir da segunda metade do século XX, quando uma série de acontecimentos e fenômenos sociopolíticos, como a globalização e o pós-guerra, culminaram para uma mudança de perspectiva acerca do tema. Antes dividida apenas entre profissional e amadora, no que diz respeito a aferição de renda, a prática esportiva passou a ser um direito de todos, adquirindo também dimensões educativas e inclusivas.

O autor traz o conceito contemporâneo de esporte, ligado ao seu exercício em três dimensões: Esporte-Educação, Esporte-Lazer e Esporte de Alto Desempenho. O Esporte Educação é ligado a princípios socioeducativos, tanto relativos à prática esportiva em si (ensino das modalidades, técnica, tática, desenvolvimento fisiológico...), quanto aos ensinamentos enquanto fenômeno social, transmitindo valores como ética, disciplina, cooperação, justiça e igualdade, através de uma ética esportiva. Já o Esporte-Lazer possui um caráter inclusivo e voluntário, se adaptando à diferentes contextos culturais para permitir a participação de todos. O Esporte de Alto Desempenho, por outro lado, busca a melhoria da performance, focado na superação (ALMEIDA, 2010, pg.14-18). Essa categorização auxilia no entendimento da função social do esporte, como manifestação cultural, o que o torna capaz de contribuir para uma melhor qualidade de vida em seu sentido mais amplo, que não se limita à condição de saúde física, psicológica e emocional, como já é amplamente conhecido, mas abrange também as relações sociais, a autonomia do indivíduo (Pereira, 2012) e o acesso à cultura (Almeida, 2010).

Paradoxalmente, apesar de serem claros os benefícios e potencialidades das atividades de lazer ativo inseridas no cotidiano das pessoas, esse tema está longe de ocupar uma posição de destaque no que diz respeito a políticas públicas (Hourcade e Gutierrez, 2004). Como aponta Hourcade (2004), a própria distinção feita entre lazer e cultura, por parte do poder público, é um fator que contribui para a manutenção dessa situação. Apesar de estarem intimamente relacionados, esses temas são separados na

política e no senso comum da sociedade contemporânea. Essa realidade demonstra a maneira limitada como o lazer ainda é compreendido fora da academia, resultando em diferenças de interesse, investimento e ações práticas, em relação a outros setores de atuação do poder público.

O entendimento do lazer enquanto cultura e da multidisciplinaridade de temas relacionados à qualidade de vida é fundamental para a criação e implementação de políticas efetivas, na medida em que essa compreensão é traduzida em atitudes práticas. Enquanto predominar a visão de lazer enquanto mercadoria e dissociado da cultura, será sempre visto pelo poder público, e até pela sociedade, como algo dispensável, secundário. Essa situação resulta na construção de atividades isoladas, programas ineficientes e de pouca qualidade, que contribuem para uma visão excludente de sociedade, em detrimento da valorização da sociabilidade, da cooperação e da solidariedade (Hourcade, 2004).

Não basta, no entanto, a definição de políticas públicas se estas não são implementadas de forma inclusiva, entendendo as complexidades, problemas e necessidades do contexto, para que cumpram com seu real objetivo.

Enfim, podemos dizer que o lazer, publicamente oferecido, deve atender às reais necessidades de cada comunidade e estar centrado nos benefícios humanos e sociais correspondentes, segundo os critérios de utilidade social, recursos disponíveis e oferta de serviços. E seu objetivo primeiro deve ser o de aumentar a gama de possibilidades de um lazer de qualidade, acessível e adaptado às realidades de cada grupo social. (Hourcade, 2004, pg. 90,91)

Assim, com a importância de oferecer qualidade de vida para todos, é essencial a oferta de diferentes oportunidades de lazer público distribuídas equitativamente ao longo do tecido urbano. Para que essa ação seja efetiva, entretanto, é preciso atentar também para a qualidade dos espaços no qual esse lazer é ofertado, para que atuem de maneira convidativa, incentivando e potencializando as apropriações.

## **2.2 O papel dos espaços livres públicos na fruição do lazer**

Apesar de ser um conceito recente do ponto de vista histórico, os espaços públicos sempre estiveram presentes na história das cidades (MATOS, 2010). De acordo com Ascher (1998), a expressão foi utilizada pela primeira vez oficialmente na França, na

década de 1970, em um contexto de novas abordagens sobre a cidade. Hoje em dia o tema tem sido abordado frequentemente em vários campos do conhecimento, com diferentes motivações, sob diferentes perspectivas e em diferentes partes do mundo.

No Brasil, segundo Araújo (2018), só foram reconhecidas as responsabilidades do poder público sobre esses espaços depois da constituição de 1828, mas sem utilização do termo *espaço público*. Antes disso esses espaços eram vistos como de responsabilidade coletiva, algo que foi mudando com o passar dos séculos, na medida em que a sociedade delegou progressivamente a administração desses aos governos. Nesta pesquisa, condizendo com a cultura brasileira, consideramos espaços públicos como aqueles que pertencem ao poder público, que o gere, e que são de apropriação coletiva. Segundo Narciso (2008) são esses os locais mais representativos do espaço urbano, os que são definitivamente da cidade, o espaço urbano em si, pois é através deles que podemos ver e conhecer a cidade.

Segundo Lefebvre (2001), é impossível tratar a cidade como algo isolado, dissociada daquilo que a contém e daquilo que ela contém, tendo seu valor de uso atribuído pela sociedade em seu conjunto (LEFEBVRE, 2001, pg.53). Portanto, estudar a cidade não se resume a estudar apenas fluxos e comunicações, mas, também, as dinâmicas sociais em curso que constroem e reconstroem o espaço urbano, sobretudo os espaços públicos urbanos. Oscar Sobarzo (2006) reconhece as possibilidades que o espaço público oferece para sociabilidade, ainda que não seja inteiramente “um local de convívio próximo da diversidade” (SOBARZO, 2006, pg.95), da forma que foi idealizado, segundo os preceitos do movimento moderno.

Assim, os espaços públicos, como demonstra o relatório da ONU Habitat (2015), são vitais para uma melhor qualidade de vida urbana, pois ajudam a desenvolver um censo comunitário de identidade e podem facilitar até o desenvolvimento social e econômico. Segundo o documento, um espaço público vivo pode levar a um ambiente urbano mais seguro e saudável, melhorando não só a qualidade de vida dos usuários, mas também podendo promover uma ideia de comunidade através do sentimento de pertencimento rumo a equidade social e mais inclusão.

Sentimento de pertencimento que está ligado às formas de apropriação feitas no espaço, que constroem e reconstroem o espaço urbano na medida em que são

desempenhadas, com diferentes motivações. Atividades voltadas para o lazer são muito observadas enquanto formas de apropriação do espaço público, resignificando as ambiências (DUARTE, 2009) de cada um no espaço, relacionadas às experiências sensíveis individuais no ambiente.

Em uma cidade, as ambiências são diversas, variam de pessoa para pessoa em um mesmo espaço, pois a cidade possui uma diversidade inerente:

Uma grande verdade a respeito das cidades: o imenso número de elementos que as formam e a imensa diversidade desses elementos. A diversidade é natural às grandes cidades (JACOBS, 2011, P.97).

Sendo assim, os espaços públicos da cidade devêm ser construídos não só no sentido de perceber essa pluralidade, mas também de entendê-la, possibilitando diferentes interações com o espaço e isso perpassa pelas oportunidades de lazer público. Se a cidade é diversa, seus espaços públicos precisam permitir e motivar apropriações de diferentes formas. Araújo (2018) estuda os espaços públicos e chama a atenção para a potencialidade que eles têm de permitir o contato entre grupos diversos, apontando que a valorização desses locais na sociedade contemporânea vai além de modismos e acontece em resposta à cultura do individualismo, devido à sociabilidade inerente do ser humano (ARAÚJO, 2018).

Então, tendo admitido os espaços públicos enquanto locais de manifestação da diversidade urbana e potenciais promotores de sociabilidade, é preciso reconhecer o papel deles na qualidade de vida, diretamente relacionado às oportunidades de lazer que oferecem. A partir do lazer praticado nos espaços públicos (ativo e passivo), pode-se alcançar mais saúde física e mental, através das práticas e interações sociais realizadas, desde que tenham qualidade e sejam acessíveis (ONU HABITAT, 2015).

Esse atributo interliga diferentes áreas do conhecimento. Não se trata aqui de qualidade através da criação de espaços exorbitantes, com materiais luxuosos e de altíssima estima, mas sim de características ligadas a: boa disponibilidade, e localização, funcionalidade, gestão eficiente, cronograma de atividades variadas e inclusiva. Como a percepção de qualidade é algo relativamente subjetivo, é preciso, sobretudo, participação popular, tanto na implantação, como no cotidiano desses locais. Essas são as questões determinantes para a efetividade dos espaços públicos.

Jan Ghel (2010), defende a *escala humana* no planejamento das cidades contemporâneas e a função social da cidade como espaço de encontro, por meio da

qualificação espacial dos espaços públicos como um convite para a ação das pessoas. Assim, no projeto e na construção de espaços públicos, as formas de apropriação são tão relevantes quanto as características ambientais e geológicas, as atividades que ocorrem no entorno, os fluxos e os demais parâmetros projetuais. A apropriação está muito ligada ao lazer (ativo ou passivo) inseridos no cotidiano ou em atividades eventuais e é mais percebida nos espaços livres, que permitem a visibilidade e a interação com a cidade.

Dessa forma, os espaços livres de uso público,

Miranda Magnoli (2006), trata os espaços livres como aqueles que são *livres* de um volume edificado. Essa definição realizou um importante esclarecimento, pois, como analisa Macedo (1995), uma confusão conceitual misturou os significados de espaços livres e áreas verdes, tornando comum a utilização errônea do último para se referir a qualquer área ligada ao lazer na cidade. Atualmente, entende-se que áreas verdes, espaços verdes e áreas de circulação são tipos de *espaços livres de edificação* (MACEDO, 1995). Esses espaços são compostos por um grupo amplo e variado, contendo desde praças, quadras e jardins à quintais, terrenos baldios e vias de circulação. Enfim, todo e qualquer espaço realmente aberto, que não é limitado por um volume edificado coberto.

São muitas vezes subestimados, vistos apenas como áreas residuais da cidade, o que contribui para que sejam mal planejados, executados e tratados de uma maneira muito simplificada e padronizada no Brasil (MACEDO, 1995). Mas, como aponta Queiroga (2014), são muito importantes para a criação da esfera de vida pública, para a constituição da paisagem urbana e fundamentais para os fluxos do dia-a-dia da cidade. Dessa forma, deve ser tratado como um objeto complexo, um *sistema*, que se inter-relaciona com seus subsistemas e demais componentes da cidade. Áreas de lazer, por exemplo, construídas alheias ao sistema viário e às áreas verdes do seu contexto têm sua qualidade comprometida por essa *incompreensão da natureza sistêmica* dos espaços livres, como explica Eugenio Queiroga:

Os planos e as ações na área de transporte pouco atentam para a qualidade dos espaços viários enquanto espaços de convívio público ou para o potencial papel na mitigação de enchentes, por exemplo; bem como os ainda raros planos de sistemas de áreas verdes pouco consideram as propriedades particulares que apresentam áreas vegetadas. Planos e projetos capazes de compreender e propor sistemas de espaços livres mais integrados e abrangentes podem, sem dúvida, otimizar o desempenho dos sistemas de espaços livres pré-existentes (QUEIROGA, 2014, p.112).

Um sistema é composto de componentes que se inter-relacionam constantemente, sempre em movimento, conferindo a complexidade ao objeto sistêmico como um todo, na medida em que se relaciona interna e externamente (MORIN, 2008). Mônica Bahia Schlee (2009) sintetiza a noção de sistemas, afirmando que são um conjunto de elementos interconectados, que formam um todo organizado. São componentes integrados pelas relações entre eles, por meio de fluxos de informação, matéria e energia (SCHLEE, Mônica, 2009 ).

Desse modo, um Sistema de Espaços Livres (SEL) implica em inter-relações que organizam e estruturam esses espaços. Segundo Eugênio Queiroga (2014), toda cidade possui um Sistema de Espaços Livres que é produzido na medida em que a cidade é produzida, se modificando e adaptando às diferentes formas de apropriação pela sociedade ao longo do tempo. O que não significa dizer, como explica o autor, que toda cidade possui um SEL com um desempenho satisfatório, mas que a existência dos espaços livres é inerente à existência da cidade.

Enquanto sistema, é importante salientar que tanto os componentes, quanto as conexões entre eles são fundamentais para o seu funcionamento. As ligações é que permitem a prática da relação sistêmica entre os espaços livres, observada também dentro de um mesmo espaço, devido ao caráter híbrido explicado por Queiroga (2014):

Os espaços livres urbanos, diferentemente dos espaços edificados formam um sistema, um objeto complexo. Afastando-se das determinações legais, de seu raciocínio classificatório e “separatista”, observa-se forte hibridismo entre espaços livres que integram oficialmente um ou outro subsistema de espaços livres (viário, de lazer, de conservação ambiental, etc.), na prática a maioria dos espaços livres urbanos desempenha mais de um papel (QUEIROGA, 2014, pg.128).

O papel desempenhado por esses espaços, como trouxe o autor, está relacionado às formas de apropriação, que transformam o ambiente e podem trazer vitalidade ao local, na medida em que nele são executadas atividades diversas ao longo do tempo. Se alguma dinâmica de apropriação ocorre é porque alguém se identifica com o local, é a manifestação do senso de pertencimento, condicionante para a consolidação do *locus* urbano (COCOZZA, 2009). A paisagem observada em um local é também resultado das apropriações percebidas.

Segundo Macedo (1995), a apropriação é condicionante de toda constituição morfológica urbana e Nishikawa (1985) ressalta a importância das apropriações para a elaboração de projetos urbanos. Segundo a autora, as formas de apropriação são

denúncias de necessidades da população, o que pode resultar em reestruturações voltadas para a flexibilidade do espaço. Assim, vemos que é importante que os projetos atuem no sentido de permitir e potencializar as formas de apropriação. Santos (1996) ainda argumenta que o espaço assume forma contextual e histórica e desempenha funções segundo os interesses colocados. O contexto cultural garante aos espaços um valor simbólico, para além de sua realidade física/sensível (SANTOS, 2006). Dessa forma, o entendimento de aspectos culturais é definitivo para uma melhor intervenção.

Dessa forma, os espaços livres públicos serão entendidos neste trabalho como os mais aptos, dentre os espaços públicos, a receber as mais variadas apropriações ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito ao lazer urbano. O seu caráter flexível, junto à suas propriedades conceituais, os tornam extremamente potentes para atender a diferentes demandas simultaneamente. São espaços abertos, que permitem a visibilidade e, portanto, têm a potencialidade de atrair todos os grupos de pessoas, na medida em que cumprem com sua função de acessibilidade ampla. Como explica Queiroga (2014), são os mais susceptíveis a receberem mudanças (intervensões, manifestações e formas de apropriação) dentro do espaço urbano.

Além disso, como mostra Jan Ghel (2009), o aumento de atividade no espaço fortalece o potencial de segurança da cidade. Existem elementos e atitudes de planejamento, segundo o autor, que podem formar uma estrutura coesiva que seja um incentivo para a participação, o que traz mais pessoas para os espaços e, conseqüentemente, deixa o local mais convidativo e, conseqüentemente, seguro (GHEL, 2009, pg.6). Assim, os benefícios do lazer público ultrapassam a qualidade de vida individual de quem o pratica, pois tem a possibilidade de melhoria da qualidade de vida urbana de uma forma coletiva

### **2.3 Democratização do lazer ativo e desigualdades no acesso a espaços livres públicos em cidades brasileiras**

Historicamente, as formas de apropriação variadas nos espaços públicos como as reconhecemos hoje, nem sempre foram favorecidas ou incentivadas. Com os impactos decorrentes da industrialização, por exemplo, espaços públicos nos centros antigos em diferentes partes do mundo sofreram com a degradação pela saturação das vias da cidade e pela poluição visual, sonora e atmosférica. Esses fatores contribuíram para um aspecto decadente dos espaços livres urbanos e aconteceu em diferentes épocas ao redor do mundo (ARAÚJO, 2018).

No Brasil, o crescimento urbano em direção aos centros mais industrializados começou a acontecer no século XX e, como salienta a autora, assim como nos outros lugares do mundo, percebeu-se na classe dominante uma urgência em recuperar os centros das cidades, degradados por esse processo. Uma das estratégias de recuperação utilizadas foi a implantação de áreas verdes, que eram bem vistas no aspecto estético, paisagístico e de salubridade, e utilizadas majoritariamente para o lazer contemplativo da elite local - um tipo de lazer passivo. Mas, com as conquistas de direitos trabalhistas e evolução da sociedade industrial, mais demandas para os espaços públicos foram surgindo e os espaços começaram a ser apropriados por outros públicos, e também passaram a ser reconhecidos como locais para a prática do lazer ativo (ARAÚJO, 2018). Hoje, a incorporação de equipamentos à espaços livres, visando agregar usos diferentes de lazer ativo é algo comumente observado, como analisaremos a seguir.

Mesmo com toda a importância e potencialidade dos espaços livres para o uso público, eles não têm tido o nível de atenção e compreensão necessários no Brasil por parte do poder público. Como mostra Macedo (2009), os projetos são em geral precários, pouco interligados e acessíveis à população urbana como um todo e as equipes técnicas, tanto para a execução, quanto para a gestão e manutenção desses espaços, são desqualificadas

No Brasil, a sigla ELUP (Espaço Livre de Uso Público) é utilizada em várias diretrizes para a gestão do espaço urbano. Como mostra Araújo (2019), os ELUP de uma cidade são constituídos de todos os espaços livres públicos voltados para o lazer ativo ou passivo da população. A autora explica que os ELUPs têm seu uso regulamentado por leis municipais - os Códigos de Posturas, ou por regimentos específicos (VIANA, 2009). Além das legislações que regulamentam seu uso, em nossa cultura ainda é comum haver leis municipais que determinem a quantidade de área de espaços públicos a serem criadas em cada novo parcelamento do solo urbano.

Em Ouro Preto, a Lei Complementar nº93 de 2011: Uso e Ocupação do Solo (LUOS), por exemplo, torna obrigatória a separação de uma parcela do terreno de loteamentos específica para espaços livres de uso público. Segundo o artigo 22 da LUOS do município, 35% da área total do terreno loteado deve ser destinada para o Município na forma de: equipamentos urbanos e comunitários, sistema de circulação, áreas verdes e espaços livres de uso público, sendo de 10% o percentual mínimo da área total destinado a espaços livres de uso público. O mesmo artigo, no entanto, define os ELUPs de uma

forma vaga: “Espaços livres de uso público são as áreas verdes, as praças e os similares” Ouro Preto (MG), 2011).

Ao comparar com a legislação de outros municípios, verifica-se que a parcela de 10% é muito alta, e parece não estar de acordo com a realidade ouropretana. Como aponta Macedo (2000), é preciso atentar mais para a qualificação, a disposição e a acessibilidade desses espaços do que estipular parcelas mínimas de terreno.

O raciocínio é o mesmo ao se tratar de espaços públicos dedicados ao lazer esportivo, Hirai (2009) mostra que o cálculo de um índice ideal de área voltadas para o esporte por habitante não é representativo da situação real do local analisado, pois é preciso atentar para a disposição dos espaços voltados para o esporte, além da articulação entre eles e das tendências locais em relação ao lazer esportivo (HIRAI, 2009, pg.14).

Então, é preciso atentar, além da quantidade de espaços livres públicos voltados para o lazer e o esporte disponíveis, também para a articulação entre eles e os outros subsistemas<sup>3</sup>, a qualidade desses espaços e a relação deles com o entorno, o contexto inserido. Dessa forma, esses espaços poderiam receber a devida atenção e atender melhor o seu propósito social, afinal de contas, o principal papel dessas áreas é ofertar oportunidades de lazer para todos, de forma democrática. Atualmente, em um contexto de valorização das atividades de lazer e grande propagação do lazer privado, mais do que nunca, é fundamental o fortalecimento do lazer público, promovendo equidade e inclusão no espaço urbano.

O desempenho de um sistema de espaços livres eficiente é, portanto, determinado por uma série de fatores, tais como: qualidade, quantidade, distribuição e a relação de complementariedade entre seus componentes. A eficiência desses parâmetros pode conferir que os espaços atuem de uma forma mais completa, oferecendo diferentes oportunidade de lazer e sociabilidade (ONU Habitat, 2015).

Em um país com cidades com um desenvolvimento em geral irregular e desigual, são observadas muitas diferenças em serviços de infraestrutura urbana e qualidade de vida, segregações especializadas no território. Desigualdades que atingem também a oferta de oportunidades de lazer público e espaços livres de qualidade. Bairros menos valorizados, que abrigam classes menos privilegiadas, geralmente recebem a

---

<sup>3</sup> Sistema viário e sistema de áreas verdes, por exemplo, são componentes ou subsistemas do sistema de espaços livres de uma cidade.

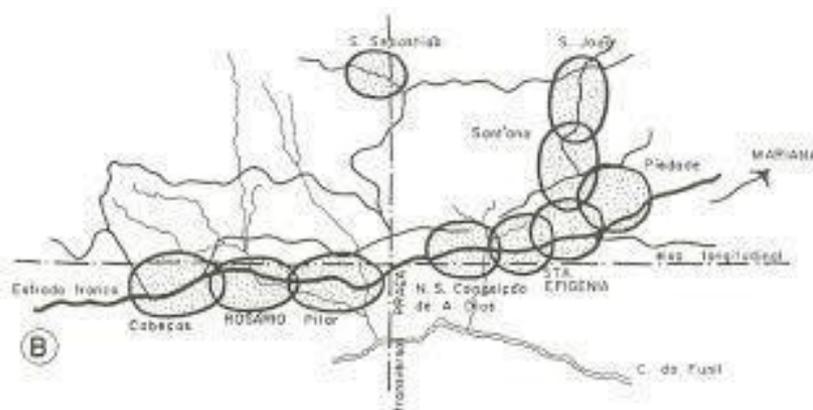
infraestrutura depois de consolidados e o lazer está longe de ser prioridade na regularização ou requalificação dessas regiões. Ironicamente, os locais que abrigam a população que mais se beneficiaria do lazer público, por não ter tantas oportunidades frente ao lazer privado, possuem os sistemas de espaços livres mais deficientes.

### 3. Lazer ativo nos espaços públicos do distrito sede de Ouro Preto (MG)

#### 3.1 O acesso às atividades de lazer no Distrito Sede de Ouro Preto

Ouro Preto (MG), município com 70.281 habitantes<sup>4</sup> e 12 distritos, foi fundada em 1711 com o nome de Vila Rica, por meio da junção dos antigos arraiais mineradores de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e do Antônio Dias. Segundo Liliane Sayegh (2009), a cidade passou por um período próspero e por uma crise, no contexto do ciclo do ouro. A forma inicial de Vila Rica, como aponta, era linear, unindo os arraiais criados em torno das lavras e de capelas provisórias, formando o “caminho tronco”. Além do caminho tronco, segundo Sylvio de Vasconcellos (1977), havia ocupação no Morro Santana, Morro São João e Morro São Sebastião.

Figura 1: Principais núcleos de ocupação da cidade configuram seu espaço urbano ainda no século XVIII.



Fonte: Vasconcellos (1956, p.78)

Em 1720, devido ao seu protagonismo no contexto do Ciclo do Ouro, a cidade foi nomeada capital da capitania de Minas Gerais, o que fomentou ainda mais o seu crescimento, atraindo pessoas pela sua importância política e econômica (SAYEGH, 2009).

De acordo com Sylvio de Vasconcellos (1956), a ocupação se iniciou com mais força nas extremidades do tecido urbano e, após o estabelecimento do centro

<sup>4</sup> Dado segundo o censo de 2010 (IBGE). Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>.

administrativo no Morro de Santa Quitéria (atual Praça Tiradentes), se expandiu para o centro na segunda metade do século XVIII, unindo as freguesias do Antônio Dias e do Pilar, como analisa Fernanda Bueno (2017). Ainda segundo Sayegh (2009), no século XIX, posterior ao apogeu econômico do século XVIII, a cidade sofreu as consequências da crise de sua produção aurífera, que levou a uma estagnação econômica. Ainda assim, em 1823 começa a ser referida como “Cidade Imperial” e é nomeada como Ouro Preto: “Sua importância econômica se reduziu às suas funções burocráticas, já que ainda era a capital de Minas Gerais” (SAYEGH, 2009, p.37).

Em 1897, houve a mudança da capital para Belo Horizonte, o que, aliado à crise econômica, causou um esvaziamento populacional. Todo esse contexto, segundo Bueno (2017), manteve o seu traçado urbano praticamente inalterado nesse período.

A próxima grande mudança na morfologia da cidade, de acordo com Sayegh, está relacionada a um processo de industrialização, que tem início em 1930. Como consequência desse processo, o crescimento econômico é retomado a partir da década de 1950 (BUENO, 2017).

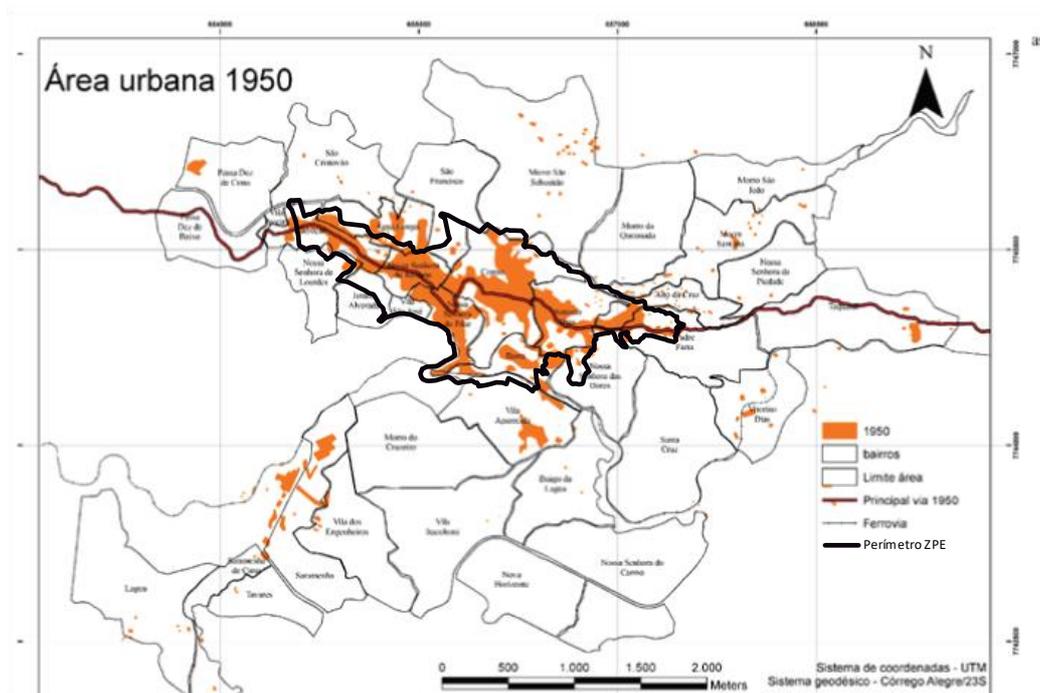
O desenvolvimento industrial, aliado ao turismo e à criação da Universidade Federal de Ouro Preto em 1969, levou a um aumento do contingente populacional e a alterações no traçado urbano, com a ocupação das áreas adjacentes ao centro, situadas por vezes em áreas de topografia inadequada para habitação e em antigas áreas de mineração (MENICONI, 1999). É o surgimento de bairros periféricos ao centro, como: São Cristóvão, Padre Faria, Vila Aparecida, Alto da Cruz, Morro da Queimada e Cabeças.

A mancha urbana da cidade em 1950 é mostrada na Figura 2 (OLIVEIRA, 2010). É possível perceber o início da ocupação em bairros adjacentes ao centro do “Caminho Tronco”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Termo cunhado por Sylvio de Vasconcellos (1956), que se refere ao tecido urbano linear da antiga Vila Rica.

Figura 2:Mancha Urbana de Ouro Preto no ano de 1950



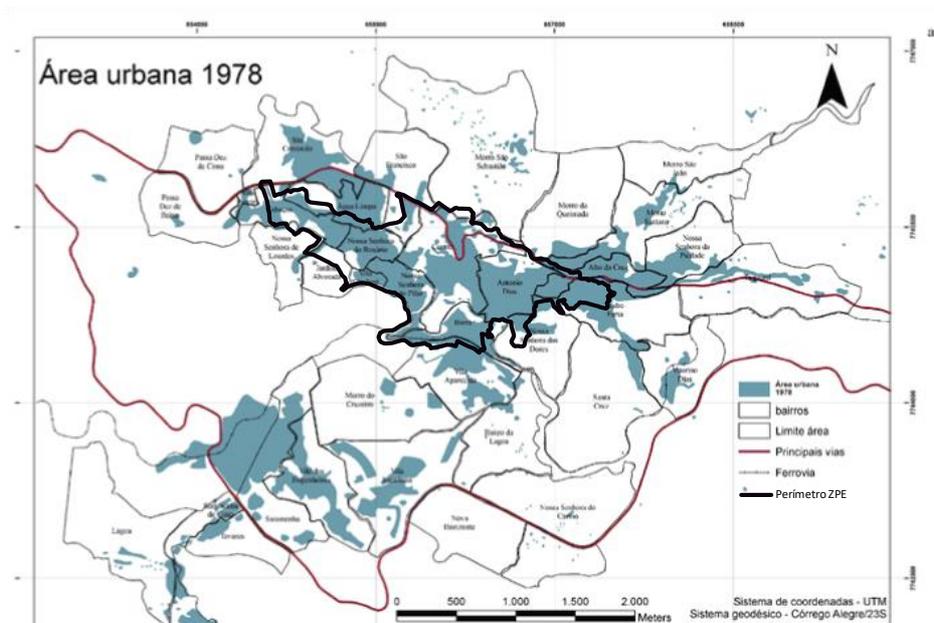
Fonte: Oliveira (2010, p. 78) – modificado pelo autor.

Já em 1978, conforme apresentado na Figura 3, a evolução da mancha urbana chama a atenção para os bairros: Vila dos Engenheiros, Vila Itacolomy, Saramenha e para a ocupação em torno do Morro do Cruzeiro. Expansão motivada principalmente pela indústria (ALCAN<sup>6</sup>) e pelo advento da Universidade Federal de Ouro Preto (OLIVEIRA, 2010).

---

<sup>6</sup> Aluminum Company of Canada: Empresa especializada na produção de alumínio, que adquiriu a antiga ELQUISA (Eletro Química Brasileira S/A), em 1950.

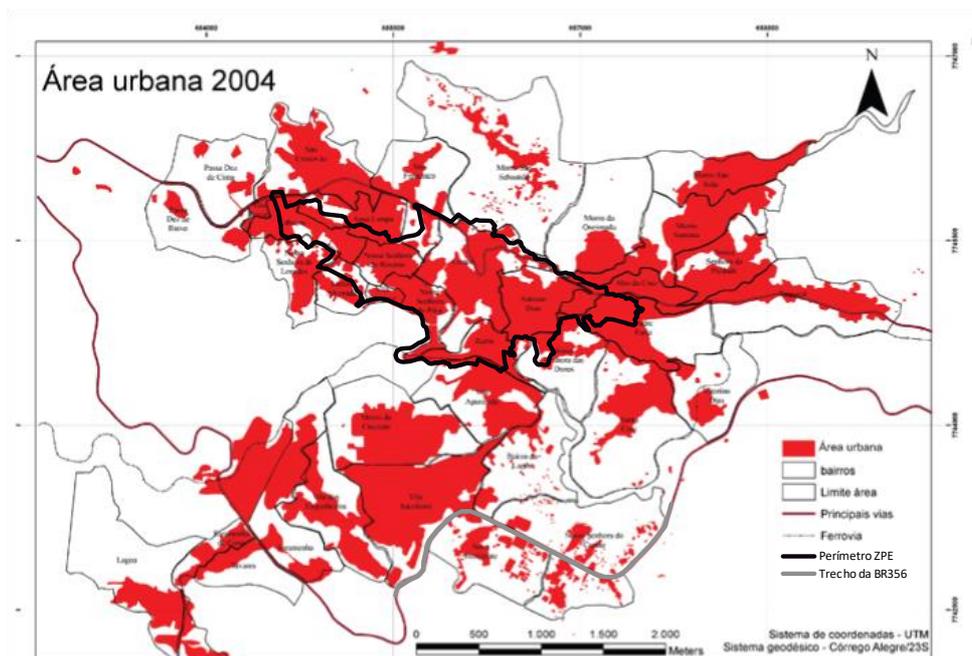
Figura 3:Mancha Urbana de Ouro Preto no ano de 1978



Fonte: Oliveira (2010, p. 84) – modificado pelo autor.

Em 2004, além da mancha urbana ter aumentado em mais de 20% em relação a 1978, a ocupação foi adensada (OLIVEIRA, 2010). As ocupações nos bairros Morro Santana, Vila Aparecida, Nossa Senhora da Piedade e Santa Cruz (bairros em torno da APE) aumentam e aparecem já consolidadas. Da mesma forma acontece em Saramenha, Vila Itacolomy e Vila dos Engenheiros, bairros frutos de uma centralidade incentivada por equipamentos como a Universidade Federal de Ouro Preto e a indústria. Na análise de 2004, também chama a atenção o crescimento da cidade em torno da BR356, como aponta Leandro Duque Oliveira, nos bairros Novo Horizonte, Nossa Senhora do Carmo e Lagoa (OLIVEIRA, Leandro Duque, 2010, p.93).

Figura 4: Mancha Urbana de Ouro Preto no ano de 2004



Fonte: Oliveira (2010, p. 84) – modificado pelo autor.

Analisando brevemente as transformações da mancha urbana de Ouro Preto ao longo do tempo, percebe-se que o crescimento da cidade para além do Centro Histórico, em geral se deu de forma espontânea, não planejada, ligado a fatores econômicos, políticos e sociais e seus desdobramentos. A mineração, a crise aurífera e a transferência da capital mineira fizeram com que a cidade se transformasse, mudando os padrões de ocupação/desocupação. Essas mudanças são o resultado de processos em curso no espaço urbano, como demonstra Oliveira (2010), sobre a área de urbanização recente, adjacente ao Centro Histórico: “Com a chegada da Alcan, recebeu-se uma quantidade muito grande de mão-de-obra de baixa renda. Com o Centro urbano praticamente ocupado, essa nova população ocupou as áreas adjacentes.” (OLIVEIRA, 2010).

Esses fatores fizeram com que o espaço urbano de Ouro Preto se estruturasse de modo heterogêneo, com regiões completamente distintas entre si. As diferenças não se limitam à centro histórico/periferia. A própria Zona de Proteção Especial (ZPE), estabelecida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (2011), possui muitas distinções em seu território. No entanto, processos continuam e continuarão acontecendo no espaço urbano de Ouro Preto e é preciso que a cidade seja inclusiva e acessível (Harvey, 2013), tanto nas áreas originárias e mais antigas da cidade, quanto nas mais recentes, independentemente do caráter particular de seu desenvolvimento urbano.

Segundo Rosa (2017), as políticas urbanas devem procurar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, tendo em vista garantir o direito a uma cidade sustentável, que entre outros fatores, passa pelo acesso ao lazer. A autora elenca parâmetros determinantes para a análise do lazer urbano, como a oferta e distribuição de equipamentos, a gestão democrática e a participação popular em programas e projetos. O estudo desses parâmetros é fundamental para uma melhor atuação do poder público, no sentido de oferecer oportunidades de lazer, fomentando a vivência de atividades de lazer e esporte presente no cotidiano das pessoas.

Rosa (2017) mapeou 197 equipamentos de lazer no Distrito Sede de Ouro Preto, agrupando espaços edificados e livres, públicos, privados e institucionais, ligados a diferentes dimensões do lazer. Este levantamento será utilizado para se ter uma ideia geral do lazer na cidade, que será utilizada de acordo com a perspectiva temática deste trabalho. Em sua categorização classificou 27 locais como “campos, quadras ou ginásios”, tipologia de espaço voltado para o lazer ativo mais comum nas cidades brasileiras, dos quais 19 são públicos. A autora realiza uma análise geral, quanto ao estado de conservação, a infraestrutura e o envolvimento da comunidade na implantação, gestão e utilização dos equipamentos das diferentes regiões da cidade.

A análise isolada do quantitativo de espaços livres, frente à área do município, segundo Rosa (2017), pode levar a conclusão errônea de que eles são suficientes, mas, basta observar a má distribuição desses espaços na malha urbana e caracterizar economicamente a população da cidade para perceber a ineficiência de seu sistema de espaços de lazer. Os equipamentos se encontram concentrados no centro de Ouro Preto e o município possui uma alta desigualdade social, o que leva a conclusão de que os espaços públicos desta tipologia são insuficientes. Indo mais a fundo, é importante reconhecer que as áreas mais carentes desse tipo de equipamento abrigam a população mais pobre do município. Ademais, vale ressaltar que a ausência de um programa de atividades, junto à falta de acessibilidade desses espaços no município, contribui negativamente para o envolvimento da comunidade (Rosa, 2017).

Se por um lado, de acordo com o trabalho de Rosa (2017), Ouro Preto aparenta ter uma quantidade satisfatória de espaços destinados para o lazer, por outro, ao analisar a distribuição desses espaços na malha urbana, é fácil perceber a ineficiência do sistema de espaços de lazer da cidade. A maioria dos espaços estão concentrados no centro de Ouro Preto e poucos possuem equipamentos de infraestrutura como banheiros e

bebedouros, um desincentivo à apropriação. Ademais, vale ressaltar que a carência de um programa de atividades, junto à falta de acessibilidade desses espaços no município, contribui negativamente para o envolvimento da comunidade (Rosa, 2017).

Araújo (2018), apresenta um estudo sobre os espaços livres públicos da Zona de Proteção Especial em Ouro Preto e mostra que a maioria dos espaços (73%) tem suas origens no período colonial e, apesar de muitos terem um entorno ativo com geradores de fluxo e estarem relativamente bem distribuídos enquanto sistema, poucos são apropriados pela população local para atividades cotidianas ligadas ao lazer ativo. A função contemplativa é predominante e os espaços que são voltados para o lazer ativo, ainda que presentes nessa região da cidade, são mal distribuídos, o que cria uma lacuna no sistema analisado. A autora analisa todos os locais levantados e elenca alguns como subutilizados, no sentido de possuírem a potencialidade de oferecer mais possibilidades de lazer e fortalecer as atividades que já ocorrem.

Os adros das igrejas, por exemplo, até por uma questão simbólica, não são em sua maioria foco de intervenções ou apropriações cotidianas, ficando mais restritos aos usos eventuais, geralmente ligados à instituição religiosa e ao turismo. As praças secas, outra tipologia de espaço estudada por Araújo (2018), são predominantemente utilizadas para a circulação de pessoas e veículos, apesar de serem os locais de maior pressão para a apropriação cotidiana<sup>7</sup>, em detrimento da ausência de estruturas e equipamentos que a incentive a apropriação passiva e ativa.

Os problemas ligados a espaços livres voltados para o lazer não são recentes na história de Ouro Preto. Em um relatório da Fundação João Pinheiro da década de 1970, com o objetivo de analisar o lazer e fazer proposições para Ouro Preto e Mariana, são reconhecidas a baixa participação da comunidade em atividades de lazer e a insuficiência dos espaços existentes (Fundação João Pinheiro, 1975, pg. 8):

Os equipamentos destinados ao esporte também não são suficientes. Há apenas quatro piscinas, sendo duas no Ouro Preto Tênis Clube, e duas no Clube Social Aluminas, entidades estas restritas aos seus sócios. Existem seis campos de futebol em condições de uso, dos quais apenas os dois pertencentes à Prefeitura atendem a uma parcela maior da população. As quadras para

---

<sup>7</sup> Por serem locais planos e mais desobstruídos, em um centro histórico adensado e de relevo acidentado e estarem localizados em regiões de fluxos densos, seriam ideais para o uso cotidiano ligado ao lazer (ativo ou passivo). Mas, não são oferecidas maiores condições ou mobiliários para a apropriação no dia a dia, resultando em uma hegemonia dos usos ligados à circulação, ao consumo e ao turismo.

esportes especializados chegam a 17, mas são afetas a clubes particulares ou a colégios, tendo, portanto, seu uso restrito a grupos fechados.

O documento também apresenta a falta de clubes sociais/desportivos inclusivos, que atendam a todas as faixas de idade e renda (Fundação João Pinheiro, 1975), carência que poderia ser suprida ou mitigada por espaços livres públicos, destinados ao lazer ativo. Muitos dos problemas observados no Relatório (FJP, 1975), como enuncia Araújo (2018), ainda persistem. A área estudada pela autora em geral possui oportunidades de lazer limitadas, poucos locais de permanência em uma relação conflituosa com os espaços de circulação de pessoas e veículos.

Viana (2018) aponta oportunidades e dificuldades em fazer intervenções nos espaços livres existentes na cidade. Sobretudo para trazer usos ligados ao lazer ativo, a ligação dessas áreas com equipamentos comunitários, os fluxos predominantes, os aspectos de mobilidade urbana e as apropriações que já ocorrem são determinantes para o estabelecimento de diretrizes com este fim. A apropriação para recreação e esportes, como mostra a autora, não necessita necessariamente de equipamentos específicos, mas, para introduzir este uso de forma inédita, é necessário um tipo de atenção especial ligada à escolha dos mobiliários ou ao programa de atividades oferecido (Araújo, 2018).

A autora identifica também problemas de gestão, ligados principalmente a manutenção destes espaços, o que afeta a taxa de utilização. Os espaços não são sistematizados pelo poder público e não há uma centralização das ações de gestão dos espaços públicos. Além disso, a falta de participação popular na implantação, gestão e modificação desses espaços, trabalha contra a efetividade das apropriações que possam permitir a identificação da população com os locais (Araújo, 2018).

Portanto, é possível afirmar que os espaços livres de uso público da cidade de Ouro Preto, de maneira geral, por problemas ligados à distribuição, gestão e falta de participação popular, não são aproveitados em toda a sua potencialidade para o lazer cotidiano. Sobretudo o lazer ativo, é muito pouco sugerido pelos espaços públicos da cidade, o que consiste em uma quebra do sistema de espaços livres, que passa a ser um simples agrupamento dos espaços não edificadas, desconexos e sem complementariedade.

O trabalho de Araújo (2018) nos apresenta um centro histórico (ZPE) com 59 espaços livres de uso público com problemas e qualidades próprias, que dão origem a um SEL desequilibrado, com espaços suficientes e complementares em algumas regiões e

insuficiente em outras, revelando potenciais não aproveitados em seus componentes. Essa desigualdade se acentua, como cita Rosa (2017), ao analisar diferentes regiões da cidade, sobretudo as menos turísticas. Apesar de não realizar uma análise aprofundada, a autora aponta a disparidade em relação aos espaços de lazer disponíveis, mais concentrados no Centro Histórico (ZPE).

Apesar de os benefícios do lazer serem corriqueiramente divulgados na sociedade contemporânea, um contexto de espaços livres pouco convidativos contribui negativamente para a esfera pública, resultando no esvaziamento, na degradação e no desuso. A apropriação pode ser sugerida por meio de diferentes táticas, convencionais ou não, como um incentivo a novas maneiras de utilização dos espaços públicos e potencialização das formas presentes.

A capoeira, por exemplo, é uma forma de apropriação e ressignificação dos ambientes muito presente em Ouro Preto e poderia ser ainda mais sugerida e potencializada pelos espaços livres de uso público do município. Existe um histórico da prática na cidade, observado pela quantidade de grupos atuantes. Segundo o contramestre Ramon de Novais Moreira, membro da Associação Desportiva e Cultural Cativoiro Capoeira (Ouro Preto, MG), a prática teve sua relação com a rua influenciada pela marginalização social do negro e hoje, através de um certo movimento de institucionalização da capoeiragem, a rua se torna um espaço específico dentro da capoeira, como explicou em entrevista sobre o tema<sup>8</sup>:

“Na rua, a capoeira reivindica uma liberdade (essencial à prática) onde todos são iguais e livres para expressar-se autenticamente. A rua aparece também como um espaço de transgressão, ora marginalizado agora aparece como um espaço ressignificado de ruptura com a ordem institucional, dentro e fora da capoeira. É nesse espaço que se desenvolve e se reproduz a capoeira de rua, que não se resume a um estilo de capoeira, sendo, portanto, um espaço, tanto físico como ideológico, para se jogar”.

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor no ano de 2017 para a confecção de trabalho avaliativo no âmbito da disciplina de Arquitetura Brasileira II, oferecida pela Professora Patrícia Junqueira (DEARQ – UFOP).

Figura 5: Roda de capoeira do Grupo Cativoeiro na Praça Tiradentes

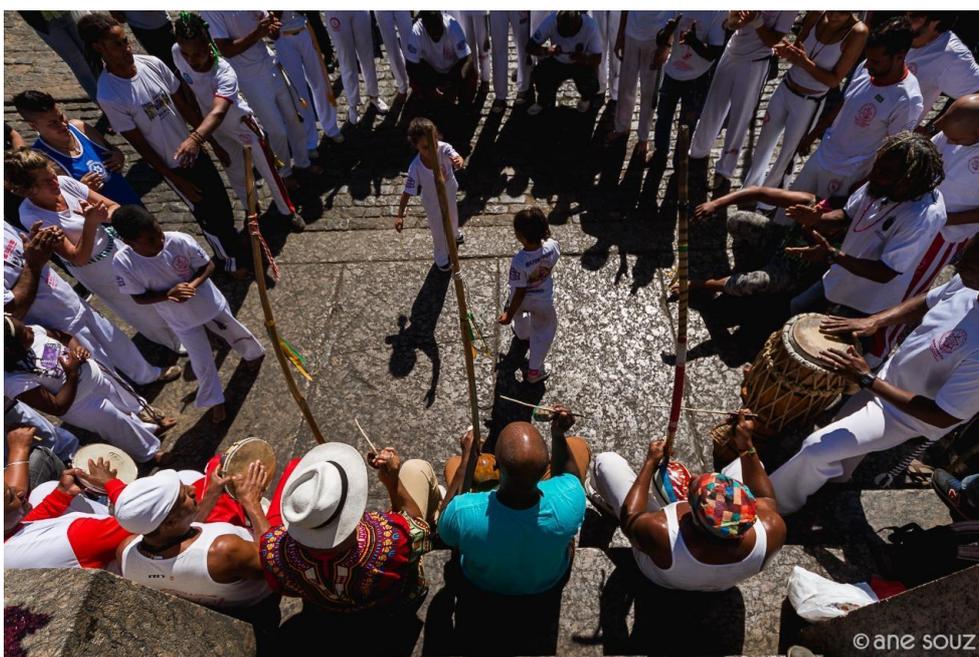


Figura 2: Foto: Ane Souza. Fornecida por: Ramon Moreira

A cidade também recebe atividades eventuais, ligadas ao lazer ativo e passivo, que demonstram um potencial dos espaços livres para apropriações efêmeras. Esse tipo de manifestação está predominantemente relacionado ao Centro Histórico e ocorre segundo calendários específicos, em geral com frequência anual. A realização de atividades efêmeras mais constantes, com frequência mensal, quinzenal ou até semanal, poderia trazer uma dimensão completamente distinta para a vivência de lazer no município, aumentando as possibilidades de interação, aprendizado e cultura.

Como exemplos ligados ao lazer passivo, tem-se os festivais de cinema que ocorrem na Praça Tiradentes, a partir de uma estrutura simples que fica instalada em torno de uma semana; concertos da Orquestra Ouro Preto, que já ocorreram em diferentes pontos da cidade, como no largo da Igreja S. Francisco de Assis, Praça Tiradentes e a Praça do Centro de Artes e Convenções; Feira gastronômica que já foi realizada na praça do Centro de Convenções e na Área de Lazer do bairro Cabeças.

A cidade já foi palco de grandes eventos ligados também ao lazer ativo, como competições de corrida, mountain bike e duathlon, como o X Terra, o CIMTB Michelin e a Copa Sans Bike.

Figura 6: Xterra em Ouro Preto



Fonte: <https://blog.entretilhas.com.br/>

Projetos de iniciativas efêmeras mais constantes foram observados na história recente do município, como o projeto de lei 19/15, de autoria do vereador Chiquinho de Assis, que propunha o fechamento de ruas do centro da cidade aos domingos para motivar atividades de lazer, cultura, entretenimento e comércio. O projeto chegou a ser aprovado e aplicado por alguns meses, mas não teve continuidade, vetado devido a conflitos políticos (ARAÚJO, 2018).

Acredita-se que esse tipo de ideia possa ser mais explorado, mais integrado ao lazer cotidiano, ainda que efêmero, e realizado em outras regiões do Distrito Sede, para além do Centro. O possível baixo custo financeiro e operacional para este tipo de ação, relacionado a estrutura já existente na Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer é uma grande vantagem.

O programa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte “BH é da Gente” é um exemplo de uso das apropriações efêmeras dos espaços livres com uma frequência determinada, com o objetivo de incentivar o lazer e o convívio social. O programa acontece uma vez por semana (aos domingos), de maneira simultânea em quatro regiões da cidade, interrompendo o trânsito nos locais durante a programação, que é muito dinâmica e previamente divulgada.

Figura 7: programa BH é da gente



Fonte: <https://bhaz.com.br/2019/08/16/bh-e-da-gente-shows-domingo/#gref>. Acesso em 2020

Assim, a partir da análise de diferentes facetas do lazer em Ouro Preto, percebe-se uma cidade dinâmica, com alto potencial para o lazer público cotidiano, que não é muito explorado em seu território. Em geral, os espaços livres de uso público são mal distribuídos, tanto ao comparar as regiões centrais e periferias (ROSA, 2017), quanto na análise isolada da região central, onde observa-se uma concentração em regiões mais ligadas ao turismo, em detrimento de setores mais afastados, em que há mais pressão para equipamentos de vizinhança (ARAÚJO, 2018). Além disso, poucos espaços são pensados ou repensados com o objetivo de abrigar usos ligados ao lazer mais habitual, no dia a dia das pessoas, sobretudo no que diz respeito a atividades físicas e recreação.

### **3.2 O acesso ao lazer ativo e a dicotomia entre centro e periferia**

As diferenças criadas pelo processo de desenvolvimento urbano em Ouro Preto não se limitam à morfologia urbana, refletindo também nas condições de vida ligadas a diferentes dimensões da infraestrutura pública. A exemplo de muitas outras cidades brasileiras, o município apresenta espacializada a desigualdade social do país, mascarada por um centro histórico tombado, limite dos olhares de muitos visitantes. A ocupação das regiões periféricas ao centro de Ouro Preto, como aponta Costa (2011), deve ser entendida também como um processo de segregação socioeconômica<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ocorre também na cidade, como analisa Poletto (2019), um processo de auto-segregação das elites, observado nos bairros Bauxita, Vila dos Engenheiros, Jardim Alvorada e São Sebastião (COSTA, 2011 apud POLETTTO, 2019). Mas, pelos objetivos deste trabalho, não serão aprofundadas reflexões acerca destas regiões. O foco será dado nos bairros das serras circundantes e na Vila Aparecida, áreas mais

O centro se apresenta enquanto localidade turística, com baixa densidade demográfica e alto valor comercial, influenciando processos de gentrificação (ROSA, 2019). Costa (2011) salienta que os usos em centros históricos coloniais, a partir da valorização turística, passam a se alterar. Como explica o autor, os acontecimentos e as relações cotidianas que aconteciam entre os moradores são de certa forma “preservados” pelo não-reconhecimento<sup>10</sup>. Os interesses privados e os potenciais investimentos na área substituem os usos tradicionais ao longo do tempo. A alta especulação imobiliária fez com que remanescessem predominantemente na região proprietários com melhores condições financeiras, enquanto os outros ocuparam outras regiões da cidade, ainda que dependessem da região histórica para serviços, trabalho e comércio. Essa relação complexa motivou a ocupação das encostas circundantes e o desenvolvimento gradual de outras centralidades (COSTA, 2011).

Assim, os bairros da serra circundante ao centro histórico de Ouro Preto e o bairro Vila Aparecida são regiões predominantemente ocupadas por uma população de menor poder aquisitivo, caracterizadas pela predominância de autoconstruções irregulares (ainda que, em muitos casos, o terreno tenha sido cedido pelo poder público) e infraestrutura pública deficiente. Apresentam, em geral, uma alta densidade demográfica e piores índices relacionados a educação, confirmando esse caráter socioeconômico na produção do espaço do município (FIGUEIREDO, 2019).

A partir dessa reflexão e do reconhecimento dessas regiões distintas da cidade, passa-se para a qualificação geral dos espaços livres de uso público voltados para o lazer ativo que, em meio a tantas desigualdades, também não são uniformes ao longo do Distrito Sede, como já foi abordado. Além de diferenças relacionadas à disposição, existem variações segundo o estado de conservação, tipologias presentes e qualidade projetual.

Como previamente mencionado, a Zona de Proteção Especial apresenta 59 espaços livres de uso público, dispostos por vezes em uma conexão linear e por vezes de forma mais isolada, dependendo da região. Como demonstra Araújo (2018), é um número

---

fragilizadas, que abrigam majoritariamente uma população menos favorecida economicamente e, portanto, que acessa com menos frequência o lazer privado do município.

<sup>10</sup> Costa (2011) explica como a gentrificação proveniente dos processos de valorização do patrimônio histórico dos centros das cidades tombadas causa mudanças em seus usos tradicionais e nas relações sociais e hábitos cotidianos que abrigam.

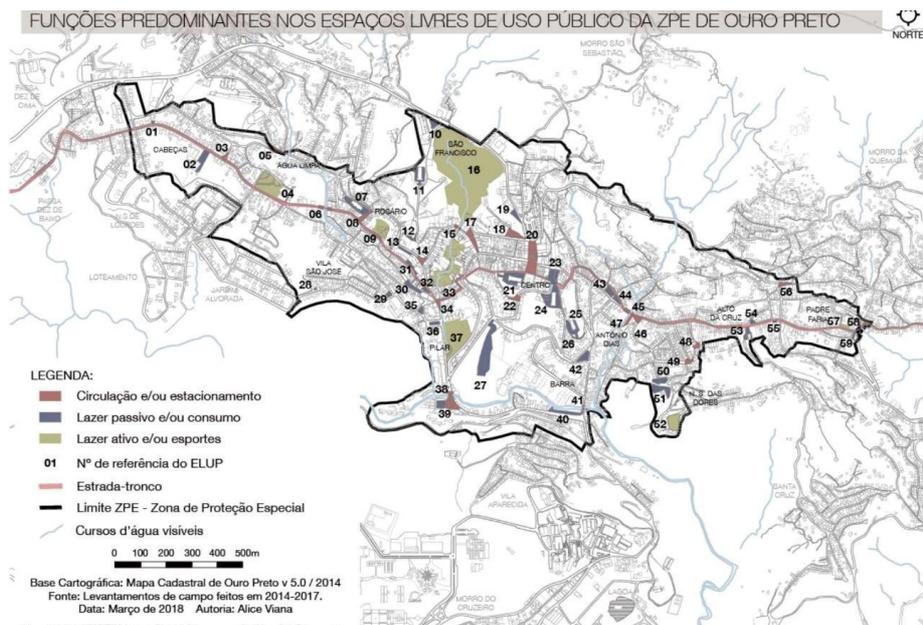
muito alto pela percepção que se tem ao caminhar pela cidade, o que pode ser explicado pelos problemas observados nesses espaços, que os tornam pouco convidativos (ARAÚJO, 2018, pg. 366):

Ao final, nos deparamos com um centro histórico que dispõe de um sistema de espaços livres de uso público bastante denso, composto por equipamentos que apresentam uma grande diversidade de formas, origens e funções, carregados de potenciais para serem mais apropriados, mas também repletos de problemas que dificultam essas apropriações.

Como explica a autora, o potencial de apropriação está ligado às qualidades de muitos dos locais analisados, como a inserção deles em um entorno de vitalidade, com uma rica paisagem cultural e natural; a conectividade observada em uma grande parcela dos espaços; e o calendário de atividades eventuais que abrigam. Já os obstáculos para a apropriação, estão principalmente ligados a falta de estruturas e programações que motivem a permanência e a apropriação cotidiana; as interrupções no sistema, na forma de áreas sem conectividade, sobretudo nas regiões mais carentes, mais afastas do bairro Centro; e a falta de opções de espaço voltados para o lazer ativo (ARAÚJO, 2018).

Sobre esta última característica negativa do sistema de espaços livres da ZPE, já foi referido o apontamento da autora sobre a hegemonia do lazer passivo na região. É interessante ressaltar o resgate histórico que Araújo (2018) traz sobre os espaços voltados para o lazer ativo em sua área de estudo. Foram em sua maioria construídos na história mais recente do município, a partir do ano de 1979, apesar de haverem demandas para este tipo de espaço desde a década de 1970, de acordo com relatório da Fundação João Pinheiro. Frente a um Centro já consolidado, foram instalados nas regiões mais periféricas da ZPE.

Figura 8: Funções Predominantes nos ELUPS da ZPE de Ouro Preto



Fonte: ARAÚJO, 2018, pg.346

No mapa produzido pela autora é possível perceber a distribuição desigual dos espaços livres públicos voltados para o lazer ativo, com destaque para o eixo central, com dois espaços de maior porte: O Parque Natural Municipal Horto dos Contos, um parque de grande porte que atravessa transversalmente a ZPE do bairro São Francisco ao bairro Pilar, passando pelo Centro, e a Praça da UFOP, na região do bairro Pilar. O parque é uma potência para a dinamização do sistema de espaços livres da região, contendo equipamentos para o lazer ativo e passivo e possibilitando percurso verde em um centro histórico bastante edificado, mas encontra-se fechado devido a questões ambientais e político-administrativas (ROSA, 2019). Já a Praça da UFOP possui um parquinho e uma pequena estação para exercícios de musculação, ambos carentes de manutenção, e é apropriada por algumas pessoas para recreação e corrida no estacionamento do Centro de Convenções da UFOP, predominantemente vazio de segunda a sexta.

Figura 9: Vista aérea do Parque Vale dos Contos



Fonte: Paula Ponciano Gomes Rosa, 2018

Figura 10: Praça da UFOP



Fonte: <https://centrodeconvencoes.ufop.br/>

Outros espaços que influenciam no lazer ativo da Zona de Proteção Especial são o Campo da Água Limpa, a Praça Esportiva do Alto das Dores e a Área de Lazer do bairro Cabeças (Praça Antônio Carlos Nolasco).

Apesar de não estar situado dentro do perímetro da ZPE, o Campo de Futebol José Ovídio Fortes (Campo da Água Limpa) possui uma relação direta com a região, pela proximidade e pela conectividade, propiciada pelas vias que permitem fácil acesso ao local e pela ausência de obstáculos visuais ou topográficos. É um espaço de maior porte,

composto por um campo de futebol, um parquinho, uma academia da cidade e uma pista de atletismo, a única da região. O campo, administrado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer fica predominantemente fechado, com o uso quase que restrito a eventos da prefeitura, como o campeonato municipal. É possível reservá-lo para outras atividades mediante a solicitação via ofício para a Secretaria. A pista de atletismo é o equipamento mais apropriado do conjunto pela população, sendo observado um movimento durante o dia, já que a noite o espaço fica trancado.

Figura 11: Inserção urbana do Campo da Água Limpa



Fonte: produzida pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth).

Figura 12: Jogo de rugby no Campo da Água Limpa.



Fonte: <https://www.facebook.com/inconfidentesrugby>

A Praça Esportiva do Alto das Dores, a mais afastada do centro, embora parte da ZPE, é composta por uma quadra, parquinho e equipamentos de musculação e é um projeto bem integrado ao seu entorno. Sua implantação fomenta a apropriação cotidiana e a sociabilização, mas percebe-se que o local é carente de manutenção periódica (ARAÚJO, 2018).

Figura 13: Praça Esportiva do Alto das Dores.



Fonte: ARAÚJO, 2018

Já a Praça Antônio Carlos Nolasco, conhecida como a Área de Lazer do bairro Cabeças, está inserida na ZPE e possui uma relação mais direta com o bairro centro. Possui quadra poliesportiva e área destinada a recreação e está em uma região com escolas e residências no entorno, o que fomenta a apropriação cotidiana para a recreação. Além disso, o local abriga treinos de handebol e futsal de associações desportivas amadoras, possuindo inclusive uma equipe própria, a Associação Desportos e Lazer Área de Lazer (ADL). Já foi também utilizado para algumas atividades eventuais, como o Festival de Blues e Gastronomia. Apesar de todas as suas potencialidades, a Área de Lazer carece de uma manutenção regular e efetiva.

Figura 14: montagem de estrutura para o Festival de Blues e Gastronomia na Área de Lazer do Cabeças



Fonte: Jornal Voz Ativa (<https://www.facebook.com/jornalvozativa>)

Figura 15: Quadra de futsal da Área de Lazer do Cabeças em jogo de futsal.



Fonte: <https://www.facebook.com/areadelazer.lazer.1>

Ao nos debruçar sobre a Figura 5, percebe-se com facilidade que as desigualdades socioeconômicas e a segregação espacial dentro da zona tombada são também observadas no acesso a espaços públicos destinados à recreação e aos esportes. Segundo Araújo (2018), a região entre os bairros Centro e Padre Faria por exemplo, ocupada por setores censitários de menor renda e que, portanto, não devem ter facilidade para acessar o lazer privado, não dispõe de equipamentos destinados ao lazer ativo.

Se na zona central da cidade, uma das mais dinâmicas, foco da maior parte dos investimentos públicos e privados e mais provida de espaços livres já são observados problemas relacionados ao acesso a lazer ativo, o que esperar das regiões periféricas, originadas de ocupações irregulares, com mais densidade demográfica, menos espaços livres e menos investimento?

As dificuldades para o oferecimento de ELUPs voltados para o lazer ativo nessas áreas são ligadas a indisponibilidade geral de áreas planas livres, resultado da topografia acidentada e da informalidade no desenvolvimento de seu tecido urbano. Com a ausência de planejamento para a expansão da cidade, não foi elaborado um plano para as áreas públicas, que são raras e parecem residuais ou por demais adaptadas. O lazer ativo ainda, pela natureza das atividades, requer em geral mais área, agravando ainda mais essa situação.

É importante salientar que as periferias abordadas nesta seção são compreendidas pelas serras circundantes e pela Vila Aparecida, adjacentes ao centro (ZPE) e têm suas origens ligadas a um processo de segregação socioespacial. São regiões distintas entre si, mas que se assemelham devido ao caráter precarizado de sua infraestrutura pública, condição de vida e moradia, sendo compostas por bairros consolidados, em geral muito adensados e com poucos espaços livres (COSTA, 2011).

Historicamente, a maioria desses bairros têm seu surgimento ligado à vinda de habitantes provenientes de distritos, zonas rurais ou outras cidades, à procura de oportunidades de trabalho, fomentadas principalmente pela indústria. Como confirma Costa (2011, pg.327):

No caso de Ouro Preto, a consolidação dos bairros de periferia está diretamente vinculada ao dinamismo na indústria na década de 1950 e da leva de migrantes que procuravam por melhores condições de vida na cidade (...). A industrialização, enquanto processo catalizador dos fundamentos desiguais da sociedade, pelos seus conteúdos politicoeconômicos, promove a uma urbanização que se reflete na segregação.

Boa parte dos terrenos foram cedidos pela prefeitura, que não tomou atitudes imediatas visando o oferecimento de uma estrutura capaz de abrigar essas moradias com qualidade. As construções irregulares são muito presentes e em muitos casos o arruamento foi construído pelos próprios moradores e a infraestrutura urbana chegou posterior à ocupação das regiões.

O bairro São Cristóvão, por exemplo, a “chegada na cidade” para muitos dos visitantes, se enquadra nessa descrição. Consolidado nas décadas de 1950 e 1960, seus primeiros moradores vieram de regiões rurais para trabalhar na indústria de alumínio, a ALCAN. Ainda que seja uma antiga zona minerária colonial e de topografia acidentada,

sendo então uma região de risco geológico, nesse período de crescimento da cidade teve sua ocupação inclusive incentivada pelo poder público, com a doação de lotes (COSTA, 2011; e OLIVEIRA, 2015). O resultado desse processo é um bairro completamente irregular e com uma infraestrutura deficitária, onde são recorrentes ocorrências de desabamentos e deslizamentos de terra, principalmente nos períodos chuvosos. Poucas são as ações de requalificação e melhoria da mobilidade, da iluminação pública e dos espaços públicos da área.

O principal espaço livre de uso público do bairro é a quadra do São Cristóvão, uma quadra poliesportiva, com uma pequena arquibancada e uma pequena área com areia, indicio de onde houve um parquinho. Se situa às margens da Rua Padre Rolim, via principal do bairro, que concentra a maioria do comércio local e dá acesso a Praça Tiradentes. É um local constantemente apropriado durante o dia, predominantemente por jovens, abrigando principalmente partidas de futsal.

Figura 16: Quadra do São Cristóvão.



Fonte: <http://antigo.jornaloliberal.net/>, 2012.

O local carece de manutenção periódica que vise principalmente a capina, estruturas de iluminação e a pavimentação da quadra. As cestas de basquete foram depredadas e atualmente não é mais possível utilizá-las. Infelizmente, é utilizado para venda e consumo de drogas por determinados grupos, principalmente durante a noite, o que reflete fragilidades sociais da área. Acredita-se que o uso de estratégias para variar os usos e melhor a relação com o entorno poderiam amenizar essa situação.

Outro bairro da Serra de Ouro Preto, o Piedade, situado na região noroeste da cidade, possui um contexto socioeconômico e morfológico semelhante, que entre outros aspectos se manifesta nos espaços livres públicos disponíveis. Por sua vez, a região tem

suas origens na formação da cidade no século XVIII, por volta do ano 1720, a partir da ocupação ao redor da capela de Nossa Senhora da Piedade. Assim como o São Cristóvão, o bairro corresponde a uma região de topografia acidentada, sob uma antiga área de mineração, contendo muitas zonas de risco geológico (FIGUEIREDO, 2018). Hoje, com exceção de algumas áreas de mineração e de topo de morro, o bairro encontra-se praticamente todo ocupado (OLIVEIRA, 2015).

O bairro Piedade também foi muito adensado entre as décadas de 1950 e 1970, pela atração de mão de obra industrial na cidade. A alta densidade preocupa e faz com que restem poucas oportunidades de lazer relacionadas aos espaços livres. Os principais espaços destinados ao lazer ativo na região são a Quadra da Piedade e o antigo Mundéu. A quadra é a única do bairro e tem um papel muito importante na comunidade como ponto de encontro, espaço de manifestações culturais e, é claro, prática esportiva, principalmente entre jovens e adultos (FIGUEIREDO, 2018). É utilizada também para atividades de cunho cultural, que se aproveitam da topografia da região e da relação estabelecida com as ruas do entorno que, situadas em uma cota altimétrica superior, podem criar uma dimensão de anfiteatro.

Figura 17: Fala Favela Ouro Preto, 2010.



Fonte: FIGUEIREDO, Thiago, 2018.

O Mundéu é uma antiga estrutura de canga, utilizada na mineração de ouro nos primórdios da cidade, uma espécie de salão aberto, cercado por muros, onde eram separadas as partes mais finas das rochas que continham ouro. Por ser um local plano, de dimensões adequadas para o encontro ou alguns eventos e estar situado bem próximo a Capela de Nossa Senhora da Piedade, já foi apropriado para eventos culturais e religiosos

e é utilizado para descanso e lazer no dia a dia, apesar de não possuir estruturas para abrigo de chuva e sombreamento e que incentivem a permanência (FIGUEIREDO, 2018).

Figura 18: Análises de espaços livres do bairro Piedade.



Fonte: produzido pelo autor com base em imagem de satélite

Figura 19: Igreja da Piedade e Mundéu.

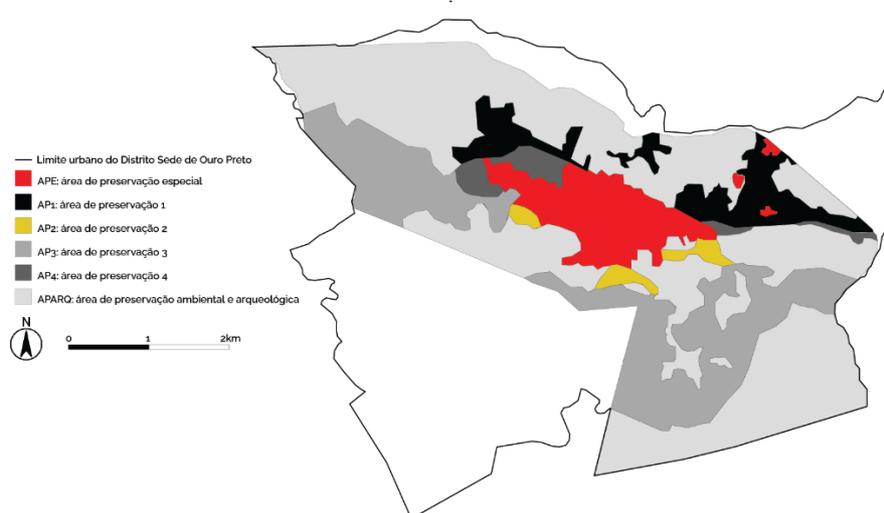


Fonte: Google Earth

As regiões citadas são categorizadas segundo a legislação vigente no município, composta pela Portaria n312 do IPHAN e pela Lei Complementar 93 de Uso e Ocupação do Solo. A Portaria 312 do IPHAN delimita o Sítio Tombado e categoriza as diferentes regiões do distrito sede, com o objetivo de preservar o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. Nela são determinadas Áreas de Preservação (APs) adjacentes ao Centro Histórico (denominado de APE - Área de Preservação Especial), e classificadas como Áreas de Preservação 01, 02, 03 e 04, onde, segundo o seu artigo 42, a preservação

tem como objetivo a dinamização das atividades socioeconômicas e culturais, requalificação da paisagem e a recuperação da infraestrutura urbana (IPHAN, Portaria n312).

Figura 20- Planta de Macro-setorização do Distrito Sede de Ouro Preto



Fonte: Portaria n312, IPHAN (2010) – Editada pelo autor.

As áreas de preservação AP01 e AP02, onde se situam os bairros da Serra de Ouro Preto e a Vila Aparecida, são, segundo o órgão, regiões de alto potencial de impacto na paisagem histórica tombada. Como já citado, são regiões habitadas predominantemente por uma população de renda mais baixa, com exceção do bairro Jardim Alvorada, e podem ser caracterizadas pela alta densidade demográfica, predomínio da autoconstrução e do uso residencial e pela infraestrutura pública deficiente.

Em relação a Lei Complementar 93 de Uso e Ocupação do Solo, sobrepondo o mapa de usos da cidade à Planta de Macro-setorização, percebe-se que predomina nas referidas áreas de preservação o zoneamento tipo ZAR (Zona de Adensamento Restrito). Assim, através dos parâmetros estabelecidos na lei percebe-se que estas regiões podem ser ocupadas, mas mediante algumas condições, já que o adensamento é controlado por razões de variadas natureza. Destaca-se: interferência no patrimônio cultural ou natural; características topográficas ou geológicas desfavoráveis; e infraestrutura deficiente.

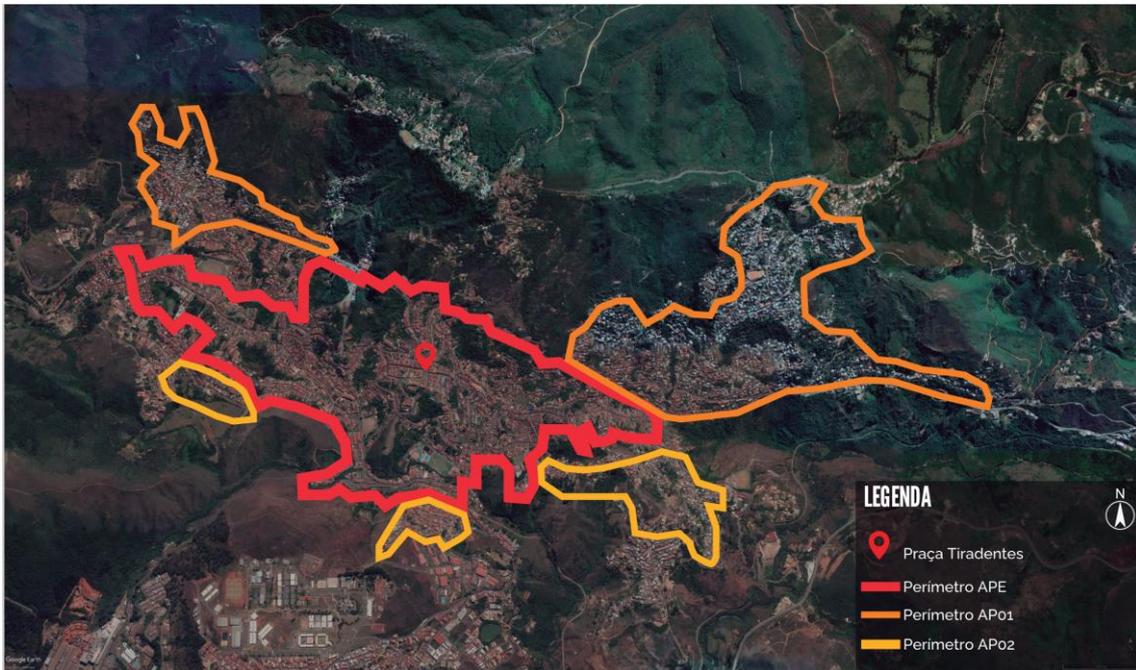
A Lei divide este zoneamento em três (ZAR1, ZAR2 e ZAR3), cada um com motivos diferentes de restrições e parâmetros urbanísticos próprios. O que mais

predomina na região do primeiro recorte são ZAR2 e ZAR3, que representam, respectivamente, regiões com adensamento restrito devido ao risco geológico ou infraestrutura desfavorável e regiões de possível interferência no núcleo histórico tombado ou na paisagem ambiental do entorno.

Estão presentes também no recorte estudado Zonas Especiais de Interesse Social, que funcionam por uma lógica de sobreposição no município. De maneira geral, a sobreposição de uma mancha de ZEIS a um zoneamento modifica os parâmetros originais, no sentido de permitir um maior adensamento, de acordo com o interesse do município na região, que pode ser ligado a: regularização fundiária; implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social; requalificação ambiental por meio da recuperação urbanística; ou regulamentação de loteamentos ilegais anteriores à legislação.

Por isso, essas regiões foram escolhidas como um primeiro recorte geográfico dentro do Distrito Sede. Uma vez que são áreas habitadas por uma população de renda mais baixa, que supostamente não tem condições financeiras de acessar o lazer privado da cidade com frequência e assim se beneficiariam mais de espaços livres públicos voltados para o lazer ativo. Ainda assim, são regiões com sistemas de espaços livres em geral insuficientes, desarticulados e desconexos e que, assim como o Centro Histórico, não aproveitam de todos os potenciais que possuem para a apropriação, tampouco incentivam maneiras não tão óbvias de permanência. Se em uma região central, histórica e turística, com um número razoável de espaços livres já foram observados problemas relacionados, entre outros, à gestão, é de se esperar que estes sejam agravados em áreas mais deficientes. Acredita-se que essa situação foi agravada, tanto pelas peculiaridades do desenvolvimento urbano ouro-pretano, quanto pelo número irrisório de ações do poder público lidando com este problema, que em geral se limitam a manutenção pontual (para não dizer, emergencial) dos espaços. Quando executada, ainda percebe-se que a qualidade dessa manutenção também deixa a desejar, revelando o pequeno interesse do poder público nessas ações, a escassez de recursos, ou as limitações do saber técnico dos envolvidos.

Figura 21: áreas de preservação analisadas



Fonte: diagrama feito pelo autor, com base em imagem de satélite (Google Earth).

A análise geral desses bairros nos permite aferir que, dentre os poucos espaços livres disponíveis, ao menos um em cada bairro é destinado ao lazer ativo (via de regra, uma quadra poliesportiva). A princípio, isso nos faria pensar que as demandas locais são minimamente supridas, mas nos cabe fazer a problematização em torno das dimensões e possibilidades do lazer urbano.

Será que, em regiões com alta densidade demográfica e adensamento, este equipamento, geralmente instalado com as dimensões mínimas para a prática e quase sem nenhuma variabilidade, atende sozinho às demandas por lazer ativo nesses locais? Será que não existem outras formas de complementar o sistema de espaços livres com usos mais diversificados em outros locais, com outras escalas e objetivos? Será que uma quadra por bairro, em um contexto socioeconômico de exclusão de muitas outras formas de lazer é o suficiente? Será que instalar uma quadra, mas deixá-la por meses ou anos sem manutenção não seria o reflexo apenas de políticas eleitoreiras, mas sem respeito ao direito ao lazer (e a sua segurança em praticá-lo)? Será que a falta de áreas planas de maior escala inviabiliza a instalação de outros tipos de equipamentos, capazes de ampliar as opções de lazer ativo nesses bairros? A quadra esportiva é sim um equipamento esportivo potente e necessário, que permite a apropriação com grande flexibilidade. Mas, admiti-la como solução única e isolada de todos os problemas relacionados ao lazer ativo de bairros inseridos em um contexto tão diverso parece, no mínimo, algo por demais

pretensioso e genérico. A situação se agrava ainda mais ao se considerar a forma que por vezes são instaladas, desconsiderando o contexto do entorno; e a quantidade de grupos com necessidades de lazer público nesses bairros, impossível de serem simultaneamente atendidos por um equipamento isolado limitado dessa forma.

Apesar de serem regiões já consolidadas e por demais adensadas, foi levantada a hipótese de tratativa dos problemas relativos à espaços livres de uso público voltados para o lazer ativo, através de diretrizes que visem soluções não tão convencionais.

Dessa forma, o bairro Vila Aparecida foi escolhido para ser trabalhado enquanto estudo de caso. Essa escolha se justifica pelo local: representar bem algumas características presentes em todas as regiões analisadas, como topografia acidentada e alto índice de adensamento; possuir uma escala possível de ser trabalhada em um período relativamente curto, como o de um Trabalho Final de Graduação; pela ausência de material científico desta natureza sobre o bairro; e pelo fato de ser constantemente alvo de críticas acerca do contraste visual que causa com o Centro Histórico e pouco se falar sobre suas condições de infraestrutura, questões sociais e da qualidade de vida oferecida aos moradores.

#### **4. Incrementando o lazer ativo na Vila Aparecida**

##### **4.1 Breve Histórico: origem e caracterização do bairro**

O surgimento da Vila Aparecida remonta a década de 1960, um período complexo da história de Ouro Preto, pois apresentava a confluência de dois fatores: um incentivo econômico industrial a partir da década de 1950 e a vigência medidas de preservação do núcleo histórico, percebidas a partir da década de 1930 na forma de iniciativas isoladas e, posteriormente, como instrumentos de tombamento (SANTANA, 2014). Assim, se por um lado havia um histórico de medidas de preservação variadas, com o objetivo de regulamentar e limitar o adensamento e o crescimento da cidade, sem qualquer plano de expansão urbana, por outro havia um impulso industrial, especialmente após a chegada do grupo Aluminium Limited (Alcan) na década de 1960, que atraiu novos habitantes para cidade em busca de trabalho. A cidade, então, viu-se como testemunha de um processo de crescimento demográfico que demandava mais oportunidades de moradia, em um momento em que se considerava necessária a preservação do núcleo histórico colonial, tanto pelo simbolismo, quanto pela intensificação do turismo na região (OLIVEIRA, 2014; SANTANA, 2014).

Nessa conjuntura, a região em que se situa hoje a Vila Aparecida começou a ser ocupada, sendo seus primeiros moradores pessoas que vieram da zona rural para trabalhar na indústria de alumínio. O bairro é fruto de uma ocupação espontânea, apesar de uma parcela dos terrenos ter sido regularizada através do Regime Foreiro<sup>11</sup>, que concedeu 216 lotes na região entre as décadas de 1950 e 1970 (COSTA, 2011). O poder público se mostrou omissivo no que diz respeito à infraestrutura urbana relacionada à implantação das moradias, em sua maioria irregulares, já que não havia qualquer instrução ou fiscalização por parte dos órgãos competentes nesse período (SANTANA, 2014).

O bairro cresceu muito nas décadas seguintes, com predominância do uso residencial, ainda que estejam presentes alguns poucos edifícios voltados para o comércio local e instituições religiosas. A proximidade da UFOP e do IFMG, equipamentos educacionais de grande porte, atraiu grupos ligados a essas instituições, aumentando ainda mais a demanda por moradia (SANTANA, 2014). É uma região adensada, com vias estreitas, topografia acidentada e é conhecido como um dos bairros de maior impacto visual no centro histórico (SALGADO, 2010).

Figura 22: Vista externa da Vila Aparecida



Fonte: <https://touropreto.wordpress.com/a-vila-aparecida/>, 2020

---

<sup>11</sup> Extinto por lei municipal em 1971, o Regime Forreiro permitia que terrenos fossem cedidos aos cidadãos para serem ocupados, mediante o pagamento do foro, o imposto sobre os terrenos aforados. Entre 1950 e 1970 foram concedidos terrenos em vários bairros da cidade, com destaque para o São Cristóvão e a Vila aparecida, regiões com maior número de lotes cedidos, respectivamente: 171 e 216 terrenos (COSTA, 2011, pg.339).

Figura 23: Imagem de satélite do bairro Vila Aparecida



Fonte: Google Earth, 2020.

Em seus aspectos geofísicos, o inventário da Prefeitura Municipal de Ouro Preto situa o bairro em uma encosta longa e ondulada, com talwegues e rincões bem pronunciados. O documento defende que o restante da encosta seja mantido em sua vegetação natural para manter a ambiência do conjunto urbanístico tombado (Inventário de Proteção Cultural de Ouro Preto, 2010). Desse modo, é contornado por uma área verde íngreme, caracterizada como ZPAM<sup>12</sup> na Lei de Uso e Ocupação do Solo, o que inviabiliza a continuidade do traçado na direção oeste; Ao norte, faz divisa com a Zona de Proteção Especial, o Centro Histórico; Ao sul, faz divisa com o IFMG e a UFOP, grandes equipamentos educacionais; e ao leste existe a rua Pandiá Calógeras, uma via de fluxo intenso que conecta o Centro Histórico à região da Bauxita, uma importante centralidade que muito cresceu na história recente do Distrito Sede. Este trecho da via nas proximidades do bairro possui um tecido urbano consolidado, parte do bairro Barra. Assim, não há qualquer possibilidade de expansão.

---

<sup>12</sup> Zona de Proteção Ambiental, criada pela Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo e compreende às áreas que devem ser preservadas devido às suas características topográficas, geológicas e ambientais de flora, fauna e recursos hídricos, e/ou pela necessidade de preservação do patrimônio arqueológico ou paisagístico (OURO PRETO, 2010).

Figura 24:: Imediações do bairro Vila Aparecida

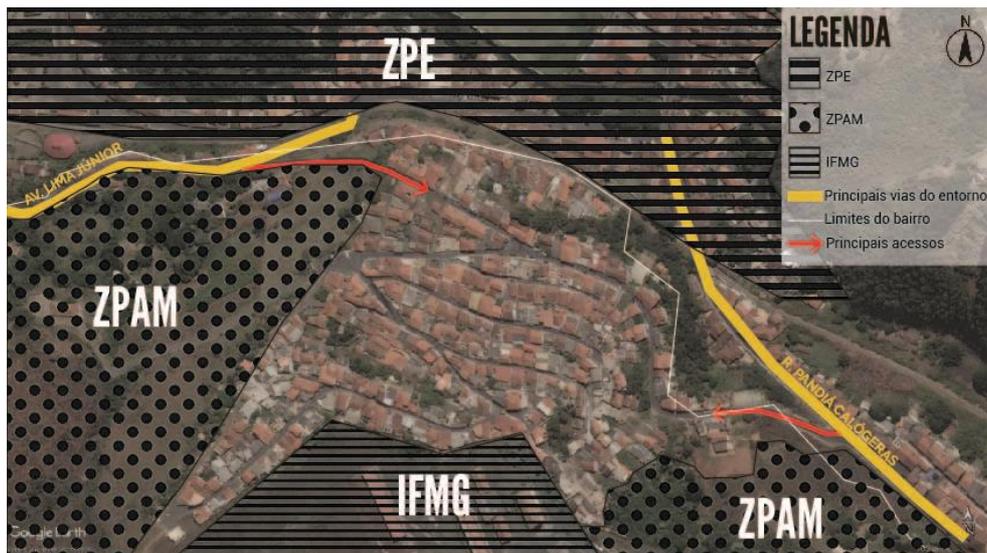
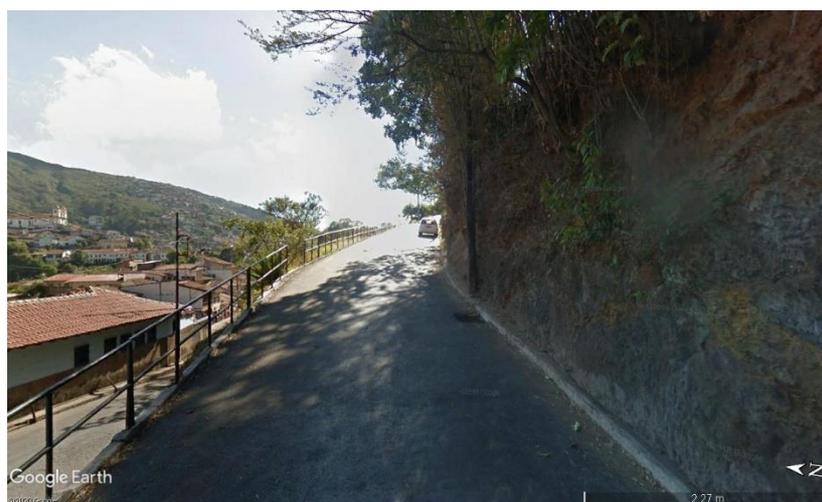


Figura 25: Imediações do bairro Vila Aparecida<sup>13</sup>. Produzido pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth).

Os principais acessos são feitos pela rua Pandiá Calógeras e pela Avenida Lima Júnior, sendo que o primeiro possui mais intensidade de fluxos, talvez pela relação mais direta com o Centro Histórico e a região da Bauxita. Pela Avenida Lima Júnior, conhecida como Volta do Vento, o bairro é acessado por um trecho de declividade acentuada da rua Rodrigo Silva, que conecta a um entroncamento viário na parte central do bairro, permitindo sair pela Pandiá Calógeras ou acessar a parte mais alta, onde fica a Capela de Nossa Senhora de Aparecida. É possível também chegar ao bairro passando dentro do IFMG, mas a circulação é controlada pela instituição.

Figura 26: Acesso ao bairro pela rua Rodrigo Silva.



<sup>13</sup> O limite do bairro não foi todo compreendido no mapa, pois focou-se na parte relevante edificada, já que o restante do bairro está dividido entre uma ZPAM e o terreno do IFMG.

Fonte: Google Earth.

A legislação atualmente vigente, compreendida pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e pela Portaria 312 do IPHAN, exige que o adensamento no bairro deva obedecer a critérios que visem o mínimo de impacto no Centro Histórico tombado. A Lei Complementar nº93 de 2011 (Lei de Uso e Ocupação do Solo), classifica a Vila Aparecida como uma ZAR-3, uma Zona de Adensamento Restrito, onde a ocupação é de potencial interferência na paisagem do conjunto tombado. Os parâmetros, segundo esta lei, trabalham no sentido de tornar as novas ocupações mais desaglomeradas. (LUOS, pg 3).

Além disso, existe uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no bairro, que, como explicado no capítulo anterior, funciona por uma lógica de sobreposição no município. De maneira geral, a atribuição de uma mancha de ZEIS modifica os parâmetros do zoneamento original da região, permitindo um maior adensamento. A área pode ser vista como uma pequena exceção dentro da Vila, uma localidade onde foi estabelecido o interesse em adensar mais, atendendo demandas da área.

Na mesma linha, a Portaria 312 do IPHAN (20/10/2011) classifica a região como uma AP02, área que deve ser preservada por seu impacto visual na Área de Proteção Especial (APE). Entre outros parâmetros, a Portaria regulamenta altura máxima, revestimento, esquadrias das fachadas e o tipo de cobertura, com o objetivo de remeter a arquitetura colonial e mitigar esse impacto visual no Centro, deixando explícito o foco no controle estético da paisagem (SANTANA, 2012). Como o bairro já estava consolidado no período em que essas diretrizes foram estabelecidas, é claro o interesse em minimizar os impactos das construções futuras. No mesmo documento, a região foi classificada como prioritária a receber reformas de qualificação (IPHAN, Portaria n312, 2010, pg. 13, grifo do autor):

São consideradas áreas preferenciais para ações de requalificação urbanística e paisagística aquelas compreendidas ao longo das ruas Jair Pena, rua José Diogo dos Santos, rua Jair Afonso Inácio, rua das Mangabeiras, escadaria Adjalma Vilas Boas e toda a Vila Aparecida.

Na prática, tanto pela consolidação anterior à legislação, quanto pela ineficiência na fiscalização por parte dos órgãos competentes, percebemos que a realidade do bairro nem de longe espelha essas determinações. Chama, também, a atenção a ausência de diretrizes ou propostas de requalificação visando a melhoria dos espaços públicos do

bairro, da circulação, iluminação ou diversificação das opções de lazer público, por exemplo.

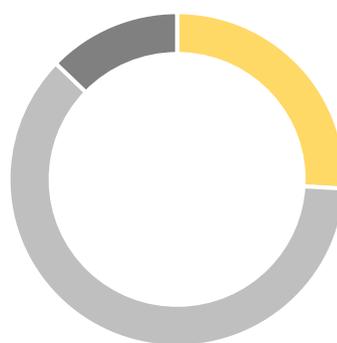
No ano de 2010, de acordo com o último censo demográfico (IBGE), a Vila Aparecida era composta por 192 domicílios, sendo que 130 eram próprios e quitados, 38 alugados e 22 estavam em alguma outra situação. No ano do levantamento, essas moradias abrigavam 649 residentes, com uma média de 3,44 de moradores por domicílio. Destes, 62% eram adultos (entre 19 e 59 anos), 24% eram crianças e adolescentes (0 a 17 anos) e 15% idosos (mais que 60 anos).

Tabela 1: Idade e faixa etária dos residentes do setor censitário predominante na Vila Aparecida. Produzida pelo autor de acordo com dados do censo 2010 (IBGE).

<b>IDADE DOS RESIDENTES DA VILA APARECIDA</b>		
<b>Idade (anos)</b>	<b>Nº de Residentes</b>	
Menor que 1	12	
Entre 1 e 12	91	
Entre 13 e 18	65	
Entre 19 e 59	398	
Maior que 60	83	
<b>FAIXA ETÁRIA DOS RESIDENTES DA VILA APARECIDA</b>		
<b>Crianças e Adolescentes</b>	168	<b>25,9%</b>
<b>Adultos</b>	398	<b>61,3%</b>
<b>Idosos</b>	83	<b>12,8%</b>

Gráfico 1: Idade dos Residentes do setor 314610705000019. 314610705000019 (predominante na Vila Aparecida).

Idade dos Residentes



■ Crianças e adolescentes ■ Adultos ■ Idosos

Produzido pelo autor de acordo com dados do Censo 2010 (IBGE).

Segundo a mesma fonte, no que diz respeito a renda média mensal, 26% dos domicílios possuem renda per capita de até 1/2 salário mínimo; 64% renda per capita maior que 1/2 e menor ou igual a 2 salários mínimos; 10% maior que 2 salários mínimos.

O rendimento nominal mensal médio entre os responsáveis pelos domicílios é de R\$ 744,13, enquanto entre os que tem renda mensal média é de R\$ 933,81, diferença que denuncia a existência de responsáveis sem renda mensal média. Verificou-se que 20% dos responsáveis pelos domicílios não têm renda mensal média; 56% possuem renda de até 2 salários mínimos; 20% renda maior que 2 e até 5 salários mínimos; 4% têm renda maior que 5 e até 10 salários mínimos. Esses dados apontam para uma predominância de domicílios habitados por uma classe socioeconômica de recursos mais modestos, possivelmente sem condições de frequentar o lazer privado oferecido na cidade<sup>14</sup>.

Tabela 2: Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita do setor predominante na Vila Aparecida. Produzida pelo autor com base em dados do Censo 2010 do IBGE.

<b>RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA</b>	
<b>FAIXA DE SALÁRIOS MÍNIMOS</b>	<b>DOMICÍLIOS</b>
1/8	1
Entre 1/8 e 1/4	8
Entre 1/4 e 1/2	34
Entre 1/2 e 1	63
Entre 1 e 2	60
Entre 2 e 3	11
Entre 3 e 5	6
Entre 5 e 10	2
Maior que 10	0
Sem rendimento mensal per capita	7

Tabela 3: Rendimento Mensal dos Responsáveis - Setor censitário predominante na Vila Aparecida. Produzida pelo autor de acordo com dados do Censo 2010 (IBGE).

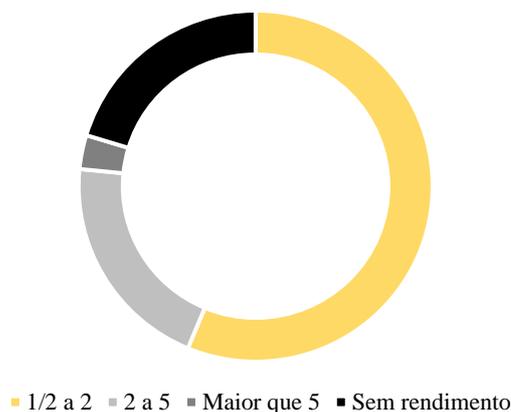
<b>RENDIMENTO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS</b>		
<b>FAIXA DE SALÁRIOS MÍNIMOS</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>% (total de responsáveis)</b>
até 1/2	3	<b>56,25%</b>
de 1/2 a 1	60	
1 a 2	45	

<sup>14</sup> Oferecido na forma de clubes privados, como o Aluminas e o OPTC, academias de musculação e afins.

2 a 3	27	<b>20,31%</b>
3 a 5	12	
5 a 10	6	<b>3,13%</b>
10 a 15	0	
15 a 20	0	
mais de 20	0	
sem rendimento	39	<b>20,31%</b>

Gráfico 2: Renda dos Residentes do setor 314610705000019 (predominante na Vila Aparecida).

Rendimento Mensal Médio  
dos Responsáveis pelos  
Domicílios (salários mínimos)



Produzido pelo autor de acordo com dados do Censo 2010 (IBGE).

Quanto a morfologia urbana, o bairro apresenta características de loteamento espontâneo posteriormente regularizado. Entre elas, destaca-se: o traçado viário desalinhado e estreito, com calçadas irregulares, proveniente dos becos construídos pelos primeiros moradores, posteriormente transformados em ruas; os lotes pequenos e irregulares, com edificações que em sua maioria ocupam toda a área intra-lote disponível, por vezes até com rampas de acesso ou pavimentos superiores que avançam sobre as calçadas; as edificações compõem um todo completamente heterogêneo, com o uso de diferentes volumetrias, revestimentos, cores, tipos de cobertura, mostrando contrastes entre si e, principalmente, em relação ao centro histórico; e a ocupação densa, com poucas áreas livres intra e extra lote (SANTANA, 2015).

Percebe-se que o local apresenta fragilidades relacionadas à segurança, pois são recorrentes notícias na mídia ligadas à atividades ilícitas. Visitando o bairro é comum cruzar com viaturas da Polícia Militar, ainda que durante o dia o local não pareça tão inseguro.

O uso predominante é o residencial, com a presença de um pequeno núcleo comercial local de pequeno porte nas ruas de maior movimento e poucos usos institucionais, ligados a religião (Igreja de Nossa Senhora de Aparecida) e ao turismo (Museu Casa dos Inconfidentes). A falta de variedade de usos, como aponta Santana (2015), pode ser relacionada à proximidade à subcentralidade do bairro Barra, que possui um uso comercial e institucional mais variado.

Como sintetiza Santana (2015), a configuração da Vila Aparecida, assim como novos bairros de muitas cidades brasileiras, seguiu de acordo com uma lógica inversa ao que se espera de um novo loteamento:

(...) primeiro vieram as casas, depois as ruas, depois a capela e, ainda mais tarde, a infraestrutura. Esta descrição muito se assemelha a de uma favela em uma grande cidade, porém, a Vila Aparecida possui edificações de boa qualidade construtiva, ou seja, não se trata de um aglomerado de barracos e sim de um bairro cada vez mais consolidado e valorizado, principalmente por sua localização. (SANTANA, 2015 pg.15)

Essa situação, como explica a autora, é o reflexo da desarticulação entre os órgãos públicos e produziu um espaço com muitos problemas de qualidade urbana, apesar das suas potencialidades, tal como a sua localização, próximo a equipamentos educacionais de grande porte (UFOP e IFMG) e ao próprio Centro Histórico.

Entre os problemas citados pela autora estão o mobiliário urbano precário, a falta de manutenção dos espaços públicos, as ruas estreitas e, por vezes, sem saída e a existência de poucos locais para o lazer (SANTANA, 2015). Vale lembrar que os dados da autora são de 2012, momento anterior à construção da quadra poliesportiva na entrada do bairro (2013). Hoje, mesmo com este equipamento consolidado, cabe a verificação da suficiência da quadra acerca das demandas por lazer ativo na região.

#### **4.2 Oferta e demanda: os espaços livres públicos da Vila Aparecida e espaços potenciais para intervenção**

Dados a importância do lazer cotidiano na sociedade contemporânea e o importante papel dos espaços livres públicos na promoção da equidade no acesso a ele,

propomos, nessa pesquisa, aplicar os conceitos estudados à realidade prática através do emprego da Vila Aparecida como estudo de caso, verificando de que maneira o lazer público se espacializa em seu território.

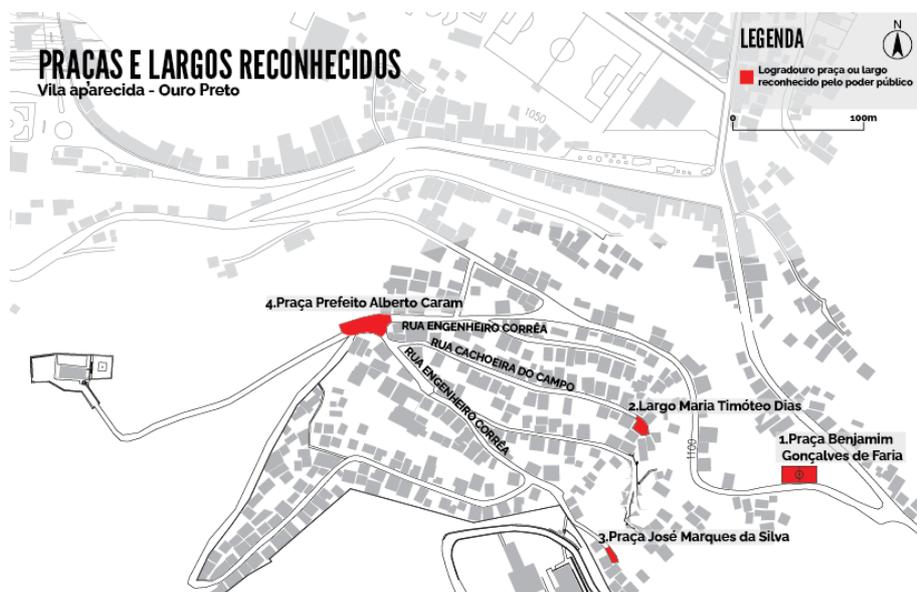
Figura 27: Vila Aparecida vista a partir da Rua das Mercês, no Centro Histórico



Foto do autor, 2020.

Em uma primeira análise, chama a atenção o adensamento dos volumes edificados no bairro e é possível verificar uma aparente ausência de espaços livres como um todo, especialmente, os destinados ao lazer, apesar do que pode ser sugerido pelos documentos oficiais. A Prefeitura Municipal de Ouro Preto, através da Lei nº140 do ano de 2005 e do mapa cadastral do município denomina 3 praças e um largo no local: Praça Benjamim Gonçalves de Faria, Praça José Marques da Silva, Praça Prefeito Alberto Caram e Largo Maria Timóteo Dias.

Figura 28: Praças e Largos da Vila Aparecida reconhecidos pelo poder público.



Fonte: Produzido pelo autor com base no mapa cadastral.

Apesar de o conceito de praça não significar diretamente espaço de lazer e permanência<sup>15</sup>, a definição que predomina no imaginário popular remete a essas características. No entanto, a análise morfológica e das formas de apropriação predominantes nesses locais demonstra que são áreas destinadas principalmente à circulação, com exceção da Praça Benjamim Gonçalves de Faria. Em um período posterior a esta lei, foi construída inclusive uma quadra poliesportiva no local, o único espaço livre de uso público voltado para o lazer ativo no bairro.

A quadra da Vila Aparecida está situada na entrada do bairro pela Rua Pandiá Calógeras e é um espaço constantemente apropriado, principalmente durante o dia, por crianças e jovens para a prática de futebol e, em algumas ocasiões, também à noite, inclusive com a presença de algumas outras atividades eventuais, como oficinas de dança e aulas de capoeira. Apesar de ser um local bem apropriado, acredita-se que, enquanto única opção de lazer ativo, não atenda sozinho às demandas do bairro, mesmo com as reformas que recebeu no ano deste trabalho (ano de eleição), em que foi instalada uma academia ao ar livre.

---

<sup>15</sup> Existem muitas definições diferentes para o termo praça. Para alguns autores, por exemplo, as praças são os locais do encontro cotidiano (VAZ, 2010), enquanto para outros são locais de promoção do bem-estar do indivíduo (Lynch, 2011). O termo não carrega por si só as características arquitetônicas das praças do imaginário popular do mundo ocidental, como a existência de mobiliário ou arborização (ECKER, 2020). A possibilidade de convívio e encontro é a característica mais comum nas definições observadas.

Figura 29:: Análises da Praça Benjamim Gonçalves de Faria.



Feito pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.

Figura 30: Quadra da Vila Aparecida na Praça Benjemim Gonçalves de Faria



Foto: acervo pessoal. 2020

Outros logradouros reconhecidos pelo poder público são a Praça José Marques da Silva, situada no final da Rua Engenheiro Correia e Maria Timóteo Dias, no final da Rua Cachoeira do Campo. Ambos são pequenos alargamentos viários no final de ruas sem saída, como um cul-se-sac de dimensões reduzidas. Os usos predominantes estão ligados, é claro, ao ir e vir das pessoas que moram nas casas ao redor. São também apropriados como estacionamento e provavelmente utilizados por crianças para jogos e brincadeiras, mas, pela escala dos espaços e pelos outros usos conferidos, acredita-se que essas

apropriações não sejam tão potentes. Para acessá-los pelas vias oficiais, é preciso passar pela Praça Prefeito Alberto Caram (em frente à Capela N.S de Aparecida), o próximo espaço a ser analisado. Verifica-se também a existência de caminhos informais na forma de escadarias, que conectam as ruas que chegam a esses locais às vias paralelas. Afim de facilitar a localização e a análise dos possíveis fluxos predominantes, foram demarcados também onde chegam os principais acessos do bairro nesta região, originários da rua Pandiá Calógeras e Avenida Lima Júnior.

Figura 31: Análises de espaços reconhecidos pelo poder público



Feita pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.

Fato é que são finais de ruas estreitas e sem saída, pequenos alargamentos escondidos em um local adensado, onde as edificações foram construídas sem afastamento frontal. Essa situação favorece o controle dos moradores dos logradouros, que podem monopolizar o seu uso cotidiano.

Figura 32:Largo Maria Timóteo Dias



Fonte: Acervo pessoal, foto tirada pelo autor

Figura 33: Largo Maria Timóteo Dias.



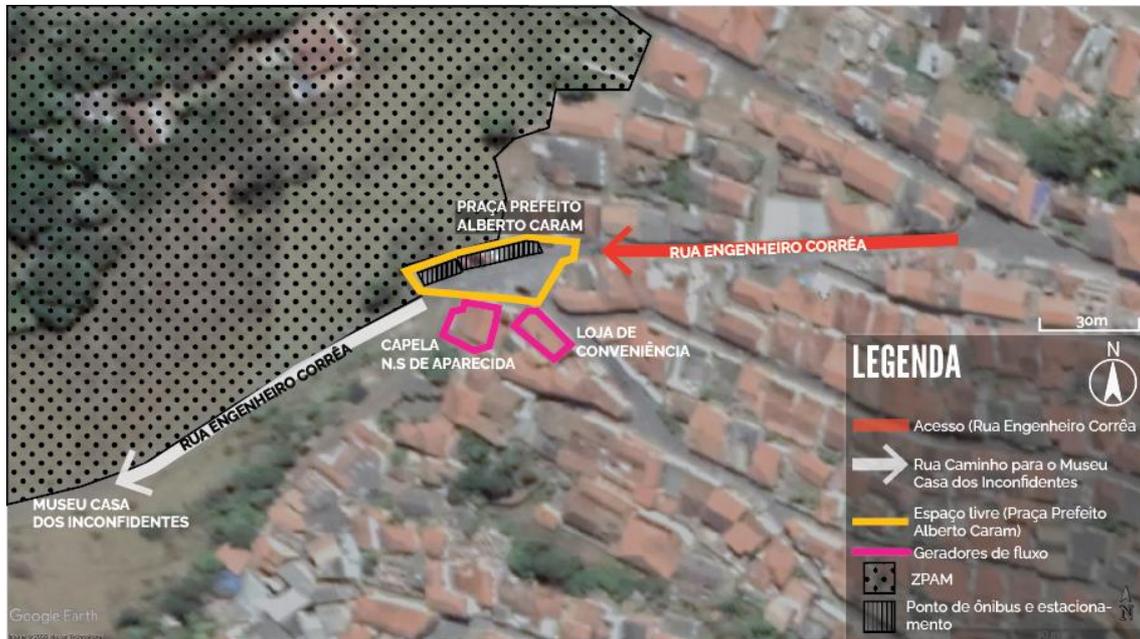
Acervo pessoal, 2019. Fotos tiradas pelo autor.

O último espaço reconhecido é a Praça Prefeito Alberto Caram, em frente à Capela de Nossa Senhora de Aparecida. A exemplo dos dois espaços anteriores, é também um alargamento viário, sem nenhuma estrutura que fomente a permanência ou dê um tratamento diferenciado, como mobiliários urbanos ou calçadas mais largas. Por outro lado, é um local ativo, com movimento durante o dia e a noite, por sua localização estratégica, por suas dimensões e pelas dinâmicas do entorno.

A área possui o ponto de ônibus final do bairro, considerado o principal, sendo, portanto, ponto de entrada e saída para muitos que acessam a região via transporte público. Sua extremidade norte é constantemente utilizada como estacionamento, apoio tanto para a Igreja, quanto para o ponto de comércio local e as moradias das proximidades. Além disso, possui uma vista muito interessante para o Centro Histórico e as serras circundantes, podendo também ser utilizado para a contemplação da paisagem histórica e natural. Essas características dão vitalidade ao espaço, ainda que não haja incentivos

para o uso, que ainda assim é observado no cotidiano e em atividades eventuais atreladas a manifestações culturais e religiosas. O local serve como ponto encontro e permanência no dia a dia e é utilizado em celebrações.

Figura 34: Análises da Praça Prefeito Alberto Caram.



Feita pelo autor com base em imagem de satélite, 2020.

Figura 35:: Festa de Nossa Senhora de Aparecida na Vila Aparecida



Fonte:Jornal voz Ativa.

Além dos espaços reconhecidos pelo poder público, através de visitas a campo e análise do mapa cadastral, foi possível perceber mais dois espaços relevantes para o estudo do lazer no bairro: um largo no encontro das ruas Engenheiro Corrêa e Rodrigo Silva e a área externa do Museu Casa dos Inconfidentes.

O largo já está um cruzamento importante do bairro, pois conecta as duas entradas principais pela rua Pandiá Calógeras e Avenida Lima Júnior, a Igreja de Nossa Senhora

Aparecida, interligando diferentes regiões da Vila. Junto à Praça Prefeito Alberto Caram, como explica Santana (2012), desempenha em certa medida a função de uma praça típica no bairro, na ausência desse tipo de equipamento, ao propiciar uma área livre modesta, mas representativa tendo em vista as condições do entorno, que, junto aos geradores de fluxo presentes pode possibilitar a permanência. Como geradores de fluxo, o local abriga um bar e uma padaria e mercearia ao sul, além de um ponto de ônibus ao leste e possui inclusive um mobiliário improvisado, que demonstra uma aptidão para a apropriação cotidiana.

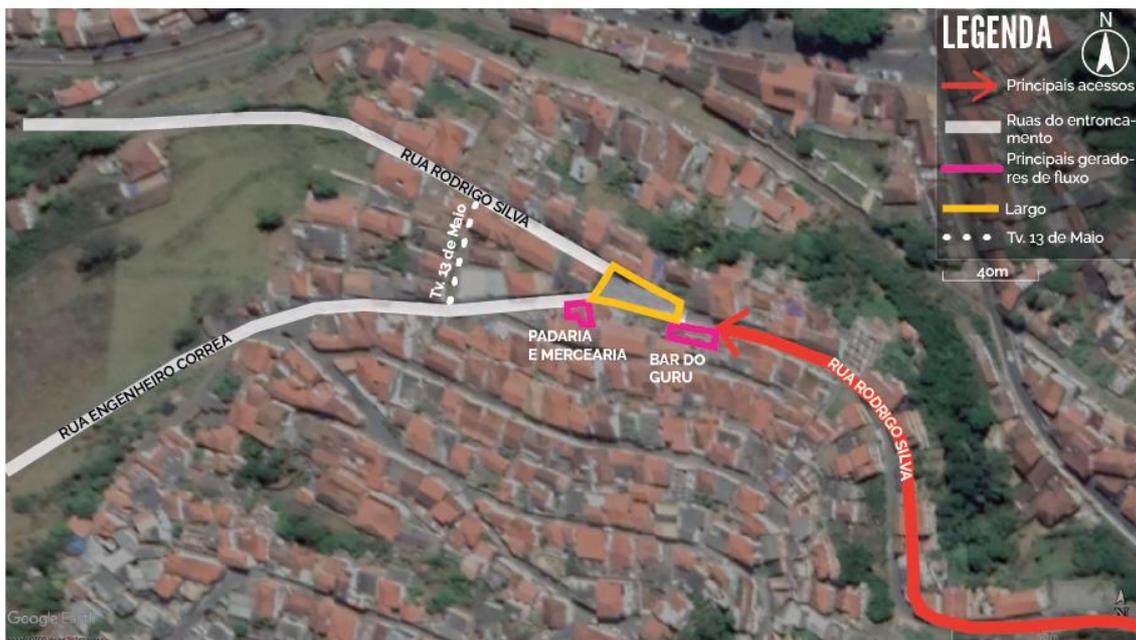


Figura 36: Análises do largo do Bar do Guru. Feita pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.

Chama a atenção também a Travessa 13 de Maio, uma escadaria que conecta as ruas engenheiro Corrêa e Rodrigo Silva. Consiste em um dos atalhos do bairro e há casas que só podem ser acessadas por ela.

Figura 37: Largo no encontro das ruas Rodrigo Silva e Engenheiro Corrêa.



Fonte: Google Earth.

Figura 38: Travessa 13 de Maio.



Fonte: Google Earth

Já o Museu Casa dos Inconfidentes é um local mais isolado na Vila Aparecida, que parece estar à parte do bairro, por suas características arquitetônicas e o seu entorno imediato. Inaugurado com este uso em 2010, o casarão histórico de estilo colonial é o único museu municipal da cidade e seu entorno pertence a uma Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) composta predominantemente por gramíneas e algumas árvores de maior porte nas cercanias do edifício. Supostamente, segundo tradição oral, o local sediou reuniões dos Inconfidentes em um contexto de luta pela independência de Minas Gerais. É um museu com um pequeno acervo, composto por mobiliário, quadros e acessórios que reconstituem a ambiência de um antigo casarão colonial, em uma casa de aproximadamente 200m<sup>2</sup>. Cotidianamente, sua área externa é apropriado apenas por turistas e funcionários do equipamento, pouco utilizado pela população residente do bairro.

Figura 39: Análises Casa dos Inconfidentes



Feita pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.



Figura 40: Casa dos Inconfidentes. Acervo pessoal, 2019.

Por outro lado, recebe atividades eventuais com frequência, de cunho cultural, social e educativo. Como exemplo, temos excursões escolares, visitas técnicas e eventos ligados à academia, como a Semana dos Museus, ocupações culturais, oficinas e exposições variadas. Além disso, sedia manifestações culturais de moradores do bairro, como apresentações do Grupo de Seresteiros da Vila Aparecida e visitas dos alunos da Creche da Vila Aparecida. A grande variedade e a alta taxa de eventos revela muitas potencialidades e pontos positivos do local, relacionados a sua natureza pública e suas características espaciais.

Figura 41: atividade do Grupo de Teatro CATOP



Fonte: <https://www.facebook.com/MuseuCasaDosInconfidentes/>

Figura 42: Excursão ao Museu Casa dos Inconfidentes



<https://www.facebook.com/MuseuCasaDosInconfidentes/>

Finalizando uma análise inicial do lazer no bairro, é importante também atentar para a existência de equipamentos de lazer das proximidades: no bairro Barra e na região da Bauxita<sup>16</sup>, que podem ter suas zonas de influência sob a Vila Aparecida. No entanto, como será apresentado, essa relação é dificultada por problemas relativos à acessibilidade e inclusão social nesses espaços.

---

<sup>16</sup> Região que contem os bairros Vila Itacolomy e Saramenha e que se constituiu como uma importante centralidade da cidade em sua história recente.

Na Barra, há uma academia ao ar livre, o Estádio Municipal José Ovídio Fortes (Campo da Barra) e o Ouro Preto Tênis Clube. O primeiro local é inclusivo, mas não é acessível, uma vez que a ligação da Vila com a Barra é dificultada por uma grande diferença de nível altimétrico, um obstáculo para a apropriação cotidiana. O segundo espaço é o principal campo de futebol da cidade e o acesso a ele é burocratizado, feito apenas mediante apresentação de ofício na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Apesar de não impossibilitar o uso, cria obstáculos, o que é denunciado pela baixa frequência de atividades, praticamente restritas aos finais de semana, atreladas hegemonicamente ao calendário das competições oficiais do esporte amador. Já o terceiro local é um clube privado bastante equipado, portanto o acesso é exclusivo aos sócios.

Figura 43: Vista da Vila Aparecida, a partir de residência na Praça Prefeito Alberto Caram.



Foto: Samuel Fortes, 2020.

Figura 44: Análises entrono: barra.



Produzida pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.

Apesar de aparentarem estar próximos ao bairro pela vista aérea, a grande variação de elevação e a irregularidade das vias torna difícil o deslocamento a pé de um ponto central do bairro até esses equipamentos. A partir de um ponto de referência em um entroncamento central do bairro, entre as ruas Engenheiro Corrêa e Rodrigo Silva, é possível verificar uma variação altimétrica de 32 metros e os caminhos possíveis nos sentidos leste ou oeste da rua Rodrigo Silva têm, respectivamente, 802 e 502 metros de comprimento até chegar aos equipamentos. Essa situação configura um trajeto difícil de ser realizado no dia a dia, tanto pela distância, quanto pelas condições de acessibilidade.

A região da Bauxita, como já foi mencionado, abriga dois equipamentos educacionais de grande porte, a UFOP e o IFMG, que dispõem de quadras, ginásios e outros equipamentos voltados para o lazer ativo. Porém, o acesso rotineiro a esses equipamentos por pessoas que não fazem parte das instituições é impossibilitado, salvo algumas iniciativas ligadas à extensão universitária ou a programas e ações socioeducativos. Atividades eventuais de frequência semestral ou anual, como o Campus Aberto<sup>17</sup> e as etapas municipais ou estaduais dos Jogos Escolares são as mais expressivas oportunidades de acesso mais amplo aos equipamentos. As vias do Campus Morro do

---

<sup>17</sup> Evento promovido por grupos da Universidade Federal de Ouro Preto, com o objetivo de ofertar diversas oportunidades de apropriação das dependências da universidade pela comunidade.

Cruzeiro são as dependências das entidades mais frequentemente utilizadas para o lazer ativo, pois a passagem pelas vias do campus não é obstruída, apenas fiscalizada pelos responsáveis pela segurança.

Figura 45: Análises do entorno: IFMG e UFOP.



Produzido pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.

Os trajetos estão sujeitos a uma variação de elevação de cerca de 96 metros, sendo que os “caminhos oficiais” passam pelas vias públicas até chegar na portaria principal das instituições e os chamados “caminhos extra-oficiais” na figura anterior consistem em atalhos por terrenos pertencentes às instituições de educação, que são utilizados, mas a circulação neles é submetida ao controle das instituições. Os trajetos oficiais da Vila Aparecida até a UFOP e o IFMG, respectivamente, possuem aproximadamente 2.200 e 800 metros, enquanto os não oficiais possuem aproximadamente 1400 e 1000 metros de comprimento. Todas as vias de acesso possuem uma inclinação acentuada (com destaque para a rua Santo Antônio do Salto, a mais íngreme do bairro) e consistem, junto ao controle institucional, nos obstáculos para apropriação cotidiana dos equipamentos.

Figura 46: UFOP Campus Aberto



Fonte: ufop.br

Figura 47: UFOP Campus Aberto.



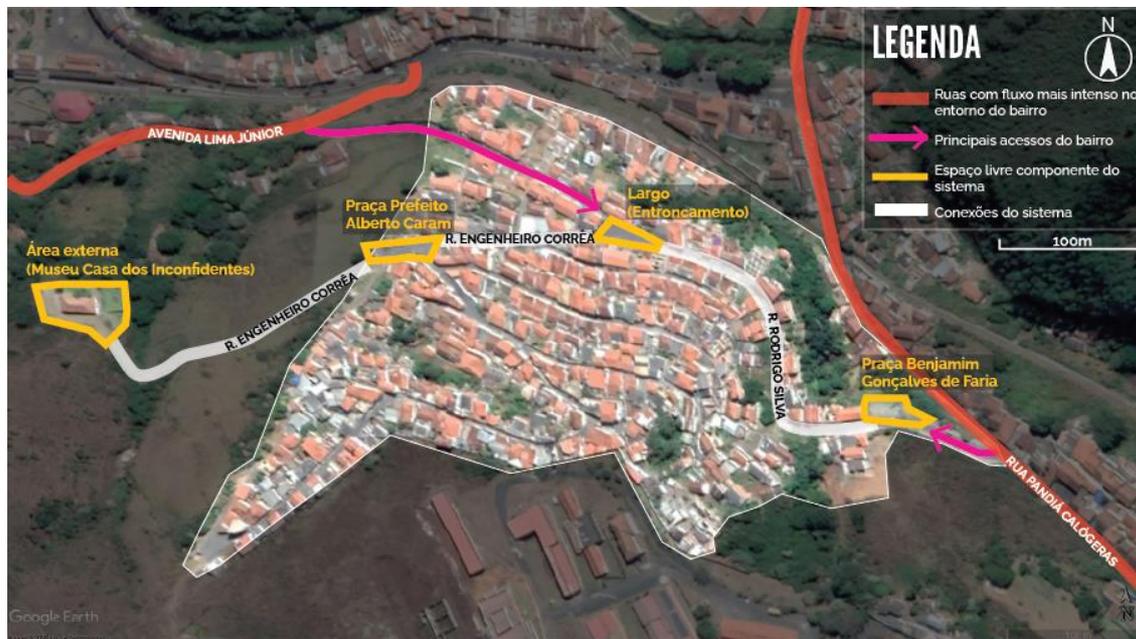
Fonte:www. ufop.br

Assim, a partir desse olhar geral sobre os espaços livres do bairro, equipamentos de lazer ativo das regiões vizinhas e suas respectivas conexões, foi possível estabelecer os locais mais aptos a receberem intervenções voltadas para o fomento de práticas diversificadas de lazer ativo. As características arquitetônicas e espaciais, junto às dinâmicas presentes ou potenciais no contexto das áreas analisadas remeteram a problemas e potencialidades, que possibilitaram elencar locais mais estratégicos para uma intervenção.

Nesse sentido, foram mapeados quatro locais: as reconhecidas Praças Praça Benjamim Gonçalves de Faria e Prefeito Alberto Caram, com a adição do largo no encontro da rua Engenheiro Correa com a rua Rodrigo Silva e da área externa do Museu Casa dos Inconfidentes. O objetivo da intervenção é o incremento do lazer no bairro de uma forma geral, focando em propiciar mais oportunidades de lazer ativo. Em um local adensado com áreas livres escassas, concluiu-se que o ideal seria trabalhar dentro da

lógica sistêmica, com equipamentos e estruturas dispostos ao longo de um percurso, fazendo com que sejam complementares e mais bem distribuídos ao longo do bairro, desafogando pressões sobre a quadra, em sua extremidade leste.

Figura 48: Diagrama: Espaços livres principais e potenciais para o lazer da Vila Aparecida.



Feito pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth), 2020.

Os espaços estão dispostos de forma linear, conectando o acesso mais movimentado do bairro, a partir da rua Pandiá Calógeras, ao Museu Casa dos Inconfidentes, cuja área externa é o ponto final do sistema. O caminho percorre as ruas Engenheiro Corrêa e Rodrigo Silva, interligando os quatro espaços em sequência, arranjo que pode ser benéfico para o estabelecimento das relações de complementaridade entre eles, facilitando de certa forma a comunicação entre eles.

Os três primeiros, a partir do acesso da rua Pandiá Calógeras pela rua Rodrigo Silva, tiveram seus usos para o lazer reconhecidos por Santana (2012).

O primeiro espaço, como já referido, abriga os únicos equipamentos voltados para o lazer ativo no bairro, tornando sua relevância para o sistema óbvia. A escolha dos dois próximos espaços (o largo no encontro com a rua Rodrigo Silva e a Praça Prefeito Alberto Caram), se justifica pelas atividades eventuais que por vezes recebem e pela modesta apropriação para o lazer passivo observada em visitas a campo. Já o último, a área externa do Museu Casa dos Inconfidentes, não possui apropriações relevantes no que diz respeito ao lazer cotidiano e será considerado neste trabalho como um espaço público

subutilizado, mas com muito potencial devido às características espaciais apresentadas e às atividades eventuais que abriga.

Figura 49: Vista para o Museu Casa dos Inconfidentes.



Foto: acervo Pessoal. Tirada pelo autor em 2020.

#### **4.3 Diretrizes de incremento do lazer ativo no bairro**

Como produto final deste trabalho, foram definidas diretrizes com o objetivo de potencializar o lazer cotidiano, de acordo com as peculiaridades de cada área. Pretende-se tornar o sistema de espaços livres mais eficiente, com componentes que se suplementam e formam um todo mais vivo, por meio do oferecimento de mais oportunidades de lazer ativo de uma forma abrangente e acessível, potencializando ainda mais as formas de apropriação presentes, ligadas às manifestações socioculturais do bairro, e buscando ofertar o ambiente propício para o desenvolvimento de outras. Assim, busca-se promover cada vez mais a identificação dos moradores com os seus espaços públicos.

A arquiteta Denise Scottbrown, em entrevista no ano de 2009 afirma que: “a arquitetura não pode forçar as pessoas a se conectar, pode apenas planejar os cruzamentos, remover barreiras e deixar os locais de encontro úteis e agradáveis”. Nesse sentido, acredita-se que ações despretensiosas, pensadas pelo contexto, sem procurar prever os resultados específicos, são muito valiosas.

Dessa forma, as diretrizes para intervenções na Vila Aparecida foram pensadas tendo em vista a realidade espacial, social e política do estudo de caso, procurando

estabelecer propostas concretas, práticas e possíveis de se realizar, sem projetos de alta complexidade técnica que podem facilmente ser ligadas a um Urbanismo Emergente e Tático<sup>18</sup> anterior a sua implantação. Acredita-se que o uso de soluções simples, em menor escala e bem adequadas ao contexto pode ser mais poderoso que grandes obras inadequadas aos usuários, que muitas vezes são impostas pelas autoridades. Além disso, essa estratégia pode dar origem a projetos mais factíveis, menos dispendiosos e de execução mais ágil, na medida em que permite mais participação popular, de uma forma desmistificada e prática, possibilitando o teste das intervenções, que podem ser alteradas com mais facilidade e menos custos (MACÊDO e ALMEIDA, 2015).

Assim, foram pensadas diretrizes passíveis de serem experimentadas em uma primeira etapa, o que permite verificar se serão bem aceitas ou não e obter um retorno para realizar as alterações que forem necessárias. A ideia consiste em executar a essa etapa efêmera e coletar o máximo de informações possíveis, na medida em que a segunda etapa é apresentada, debatida e modificada, entre os agentes envolvidos (moradores do bairro e possíveis usuários, técnicos e o poder público). A flexibilidade na execução desse tipo de ação, aliada ao baixo custo e fácil implantação são vantagens operacionais, mas o que é mais crucial para a sua efetividade é a participação da comunidade, principal envolvida na vitalidade desses espaços e a quem eles devem, prioritariamente, atender. Assim, apesar de ser uma metodologia já focada na participação popular, é fundamental que seja executada com cuidado, incentivando a interação de todos com os espaços e aprendendo com eles sobre as melhores estratégias, para que as decisões sejam bem sucedidas no resultado final.

---

<sup>18</sup> O urbanismo emergente está ligado à participação espontânea do usuário, quebrando a hierarquia proposta nos processos de planejamento urbano tradicionais. Aplicado junto a um urbanismo tático, é possível a experimentação das propostas e a participação dos usuários (MACÊDO e ALMEIDA, 2015).

Figura 50:Urbanismo tático em Fortaleza (CE)



Fonte: <https://www.doxplan.com/Noticias/Post/O-poder-de-transformacao-do-urbanismo-tatico>

Figura 51: Urbanismo tático em São Paulo.



Fonte: <https://www.thecityfixbrasil.org/2014/05/07/urbanismo-tatico/>

A ideia consiste em executar a primeira etapa e coletar o máximo de informações possíveis, na medida em que a segunda etapa é apresentada, debatida e modificada, entre os agentes envolvidos (moradores do bairro e possíveis usuários, técnicos e o poder público). A flexibilidade na execução desse tipo de ação, aliada ao baixo custo e fácil implantação são vantagens operacionais, mas o que é mais crucial para a sua efetividade é a participação da comunidade, principal envolvida na vitalidade desses espaços e a quem eles devem, prioritariamente, atender. Assim, apesar de ser uma metodologia já focada na participação popular, é fundamental que seja executada com cuidado, incentivando a interação de todos com os espaços e aprendendo com eles sobre as melhores estratégias, para que as decisões sejam bem sucedidas no resultado final.

Portanto, em um primeiro momento serão apresentadas diretrizes específicas para cada espaço livre de uso público componente do sistema de forma isolada, para depois

mostrar o sistema como um todo, evidenciando as relações de complementaridade dos usos oferecidos.

Começando pela Praça Benjamim Gonçalves de Faria, o único espaço voltado para o lazer ativo da Vila Aparecida, que recebeu uma reforma neste ano de 2020, percebemos um espaço bem apropriado, que se relaciona com o entorno e oferece oportunidades de lazer relacionadas à quadra e a academia ao ar livre, instalada recentemente. É um espaço ativo e extremamente potente, na extremidade leste do bairro, entrada para a maioria dos habitantes e visitantes, que possui visadas interessantes para o centro histórico. Como já apresentado, é bastante apropriado pela população, com atividades diurnas e noturnas. O mais frequente, é claro, é a prática de futebol, mas também ocorrem atividades relacionadas à capoeira e dança. Com essa aptidão do espaço para a apropriação pública tão latente, é inegável que ele seja um ponto essencial do sistema de espaços livres do bairro.

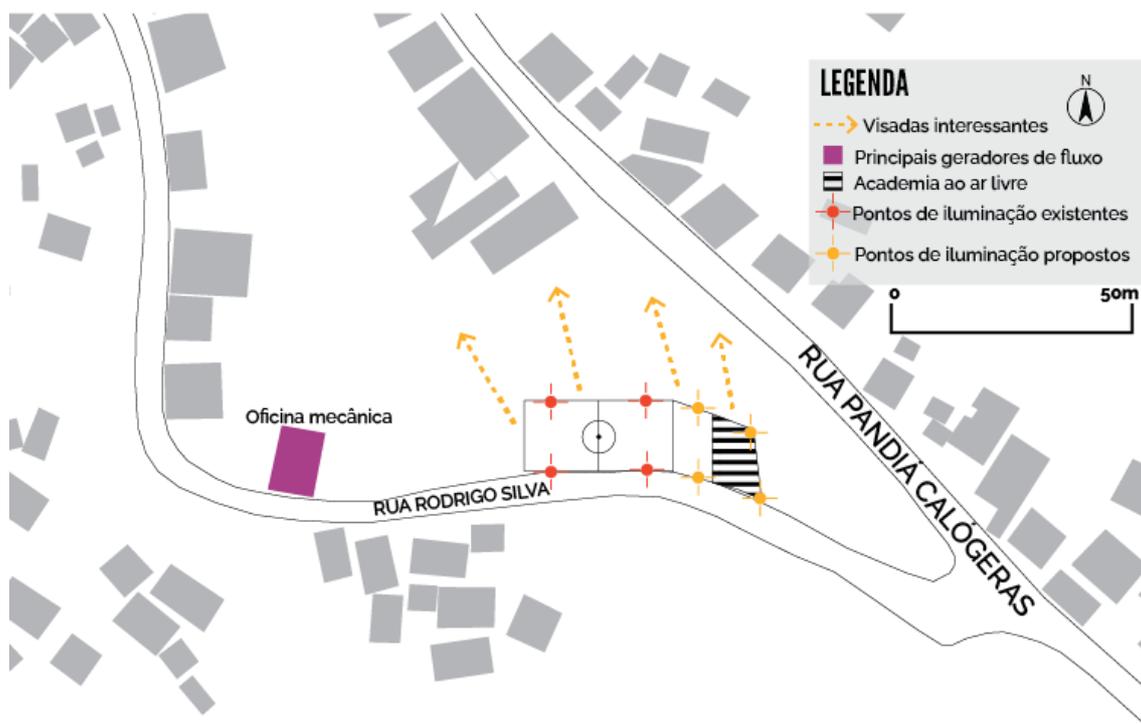
Figura 52: Projeto de capoeira para crianças do Grupo Cativoiro.



Foto: acervo pessoal, fornecida por Ramon Moreira.

Dessa forma, devido à pouca área livre disponível para intervenção e à potencialidade dos usos observados, as diretrizes neste ponto limitam-se a manutenção periódica do local e melhoria da iluminação, que atualmente limita-se aos holofotes da quadra e à iluminação da rua Rodrigo Silva, com o objetivo de fomentar usos noturnos. Foi notável o aumento aparente das apropriações no período posterior à reforma, assim, assume-se que a manutenção periódica efetiva é o principal fator para a vitalidade deste espaço.

Figura 53: Diretrizes: Praça Benjamim Gonçalves de Faria.



*Produzido pelo autor, com base no mapa cadastral do município. 2020.*

Assim, propõe-se a melhoria da iluminação no local, através da instalação de posteamento de pedestres, balizadores ou refletores, que visem a iluminação geral da área da academia ao ar livre que, combinados à iluminação da quadra possibilitam o uso noturno. É proposta a adição de quatro pontos de iluminação nas extremidades da área destinada à academia, que é de aproximadamente 25m<sup>2</sup>.

Além disso, são necessárias diretrizes de gestão ligadas a construção de um calendário de atividades, que deve promover a participação popular e a multiplicidade de atores. As possibilidades se ampliam muito ao envolver grupos diversos com um objetivo em comum, como por exemplo: as secretarias municipais de esporte e lazer e educação; a associação de moradores do bairro; grupos acadêmicos ligados à educação física, artes cênicas, saúde e ciências sociais aplicadas; associações desportivas da região, como o Instituto Trampolim de Ouro Preto (ginástica de trampolim) ou o grupo Budo-kan Judô O.P (Judô); academias privadas que poderiam utilizar do espaço para divulgação e promoção de ações sociais; Enfim, pensar em um calendário com ações integradas promovida por grupos sociais de naturezas distintas que podem se beneficiar do local aumenta em muito as possibilidades de interação socioespacial e oferece mais oportunidades de identificação com o espaço.

Figura 54: Atleta Lucas Tobias, medalha de prata no Mundial de Ginástica de Trampolim 2018, integrante do Instituto Trampolim.



Fonte:www.cob.org.br.

Seguindo para o próximo componente do sistema, chega-se ao largo no encontro das ruas Engenheiro Corrêa e Rodrigo Silva. Diferentemente do espaço anterior, o local não possui estruturas que fomentem o lazer, ativo ou passivo. Pelo contrário, o largo representa uma característica negativa dos espaços livres da Vila, o predomínio do espaço veicular, observado pelas calçadas estreitas ou inexistentes e irregulares. Na chegada do largo pela rua Rodrigo Silva (figura anterior), percebe-se a ausência de calçada do lado direito e irregularidade da mesma do lado esquerdo.

Figura 55: Largo no entroncamento viário (r.Eng Cprêa x r. Rodrigo Silva)



Foto: Acervo Pessoal. Tirada pelo autor, 2020.

O local possui uma boa intensidade de fluxos, pelas conexões que propicia, para o interior

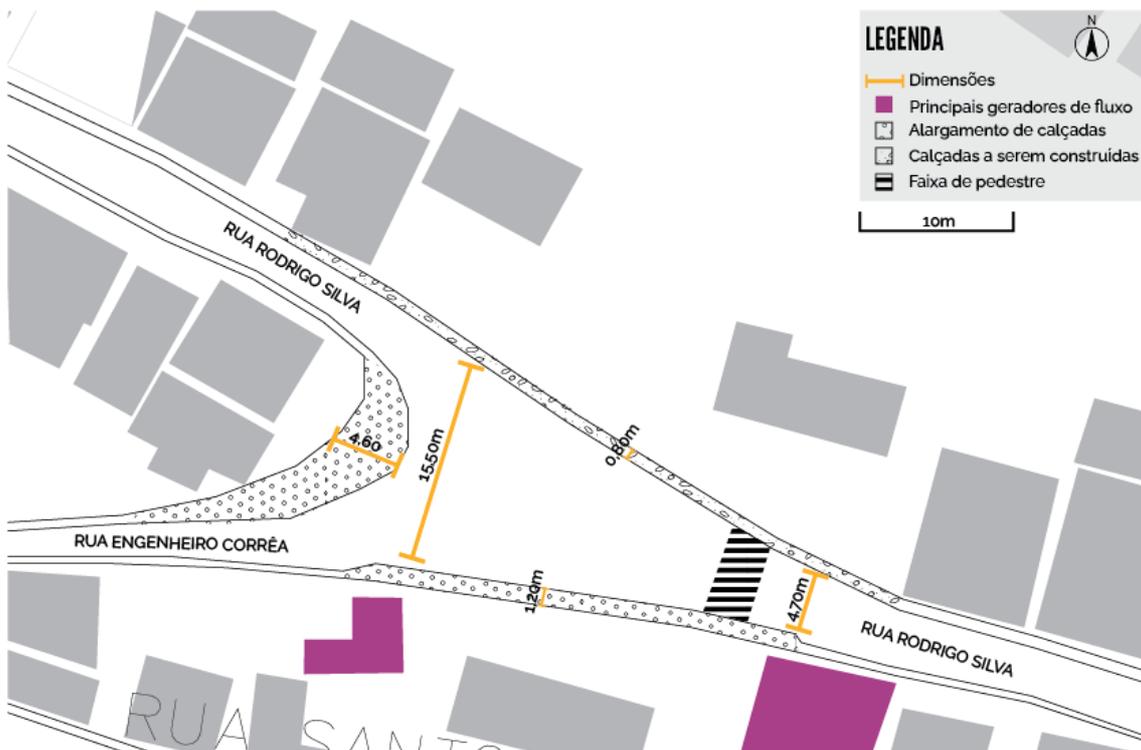
e exterior do bairro. O relevo é acidentado na rua Engenheiro Correia, subindo no sentido do largo da Capela N.S de Aparecida. São poucas as áreas livres disponíveis para apropriação ou futuros projetos, se limitando a alguns pontos das calçadas que poderiam ser um pouco alargados. Por suas propriedades espaciais, a localidade possui pouca margem para a instalação de equipamentos e mistura de usos ligados ao lazer.

Dessa forma, o foco das diretrizes nesse ponto é a priorização do pedestre, visando melhorar as condições da circulação local e reduzir a velocidade do tráfego de veículos.

Para isso, propõe-se o alargamento das calçadas sul, que passa a ser de 1,20m, e leste, que no ponto do entroncamento passa a ser de 4,60m. A partir do início do alargamento viário do largo pela rua Rodrigo Silva, no ponto em que a caixa viária se alarga para 6,70, é proposta também a construção da calçada norte, ausente em alguns pontos. As larguras das calçadas foram pensadas para deixar o eixo de rolamento com uma largura mínima de 4,60m, o que tendo em vista a realidade local e a irregularidade das vias é uma medida razoável para uma via de mão dupla.

Além disso, é necessária a sinalização de travessias no largo, trazendo mais segurança e organização para a circulação de pedestres.

Figura 56: Diretrizes: entroncamento Bar do Guru



Produzido pelo autor com base no mapa cadastral, 2020.

Outro ponto importante relacionado a esse espaço é a Travessa 13 de Maio, uma via de pedestres que consiste em uma escadaria. Neste local é necessária a regularização da escadaria, adequando a altura dos espelhos e a largura dos pisos e patamares. Recomenda-se que a escadaria seja alargada em toda a extensão da travessa e receba corrimãos metálicos dos dois lados, além de iluminação e paisagismo em toda a sua extensão. A iluminação pode ser feita com arandelas nas paredes que margeiam a via, posicionadas a cada 10 metros, com 15 watts de potência e temperatura de cor de até 3000 Kelvin. O paisagismo precisa ser composto por espécies de pequeno porte em canteiros margeando as edificações, preservando é claro os caminhos de acesso às habitações.

Figura 57:: Diretrizes Travessa 13 de Maio



Produzido pelo autor com base no mapa cadastral, 2020.

Seguindo o percurso, chega-se a Praça Prefeito Alberto Caram, o largo em frente à Capela de N.S de Aparecida. Como já abordado, é um local bastante apropriado para atividades rotineiras e ocasionais, mais ligadas ao lazer passivo. Possui geradores de fluxo ligados ao comércio, à instituição religiosa e ao serviço de transporte público. Além disso, é um largo de maiores dimensões, característica que permite que seja utilizado para eventos destinados a um número maior de pessoas.

Esse contexto confere ao local certa vitalidade, ao fomentar a sociabilidade despreziosa, geralmente relacionada aos usos dessas edificações que o margeiam (a igreja, a loja de conveniência, o ponto de ônibus e as casas). Mesmo sem a existência de mobiliário ou estruturas com este fim, é frequente ver pessoas por lá conversando, mesmo que encostadas nos carros ou sentadas na calçada.

Figura 58: Praça Prefeito Alberto Caram, na Vila Aparecida



Foto: acervo pessoal, tirada pelo autor. 2020.

Outra qualidade da localidade é a vista, que emoldura uma bela paisagem do ponto de vista histórico e natural, revelando um potencial para a contemplação. Acredita-se que suas dimensões permitam intervenções de pequena e média escala, voltadas para o lazer passivo e até ativo, que permitam a flexibilidade e não gerem conflito entre os usos atuais de circulação e estacionamento.

Figura 59: : Ponto de ônibus em frente à Capela de N.S de Aparecida, na Vila Aparecida (Ouro Preto)



Foto: acervo pessoal, 2020.

É um ponto crucial para a circulação do bairro e atrai muitas pessoas para os geradores de fluxo e, é claro, para as edificações que são acessadas prioritariamente por este local. Além disso, por ter espaços livres disponíveis e muitas visadas interessantes,

é utilizado como ponto de encontro no dia a dia. O terreno tem porções consideráveis relativamente planas e é utilizado, como já referido para diferentes atividades eventuais, geralmente ligadas à instituição religiosa. Pelo espaço livre disponível e o entorno tão ativo, é um ponto extremamente estratégico do sistema de espaços livres e pode receber mobiliários de menor escala sem grandes dificuldades

Figura 60: Análises da Praça Prefeito Alberto Caram

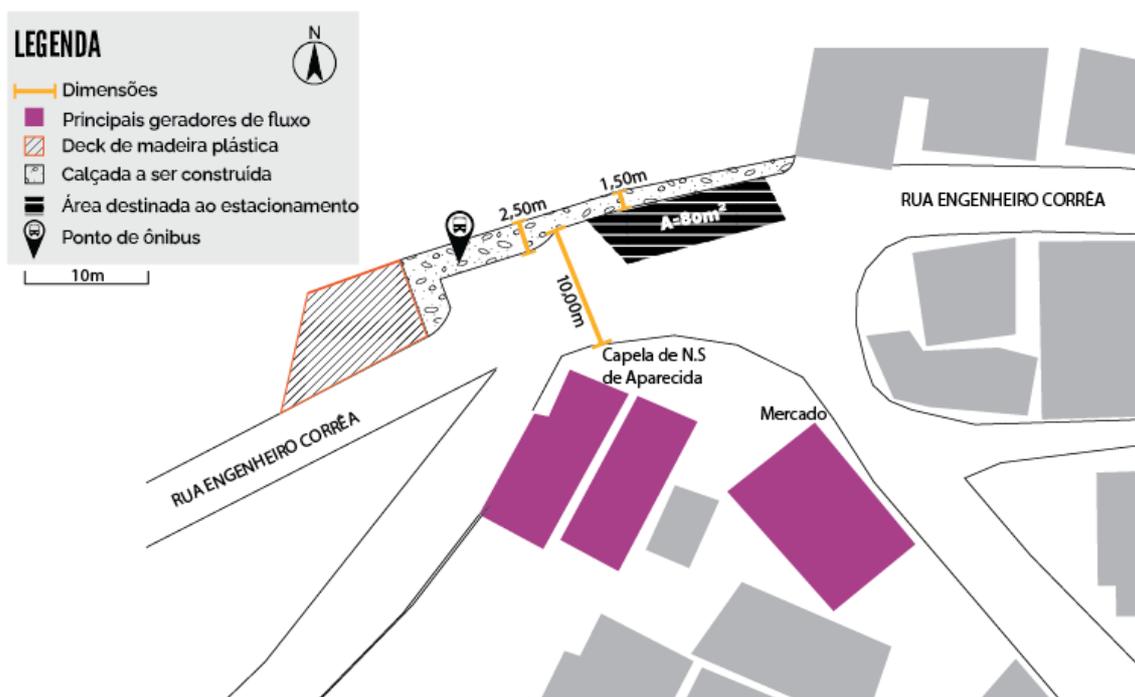


Produzido pelo autor em 2020.

Assim, em razão das dimensões favoráveis e das apropriações eventuais e cotidianas presentes, as diretrizes visam mais variabilidade de usos, com a instalação de uma estrutura para o lazer ativo e a construção de um espaço aberto multiuso, na forma de um deck de aproximadamente 40m<sup>2</sup> no sentido oeste, terreno caracterizado como ZPAM, atrás de onde está localizado o ponto de ônibus.

O deck incrementa o espaço do largo, aumentando o espaço disponível para apropriações eventuais e cotidianas presentes na região. Além disso, seria um local propício para contemplação da paisagem histórica e natural. Como as ZPAM do município são propriedade da Prefeitura Municipal, para construção desta estrutura cabe à secretaria responsável pela contratação (ou elaboração) do projeto negociar junto à Secretaria de Meio Ambiente a licença para a intervenção.

Figura 61: Diretrizes Praça Prefeito Alberto Caram



Produzido pelo autor em 2020

Propõe-se também a construção de uma calçada no sentido norte e a mudança da localização do ponto de ônibus, melhorando a integração dos espaços. A calçada foi trabalhada para não gerar muito conflito com as demandas por estacionamento da área, já que as dimensões do largo podem permitir os usos simultâneos.

Recomenda-se que o deck seja construído em madeira plástica e estrutura metálica, pela durabilidade desses materiais. Como é uma estrutura permeável, pode ser construída sobre a zona de proteção ambiental da área.

Continuando o trajeto, chega-se ao trecho da rua Engenheiro Corrêa que liga o espaço anterior ao último componente do sistema, a área externa do Museu Casa dos Inconfidentes. É um trecho essencial para as oportunidades de lazer ativo na região. A via de pouco fluxo é constantemente apropriada para caminhadas, apesar de não possuir calçadas. Possui aproximadamente 250 metros lineares e é um percurso desobstruído relativamente plano, que em seu sentido norte, oferece uma visada muito interessante voltada para o Centro Histórico.

Figura 62:Rua Eng. Corrêa entre a Capela e o Museu.



Foto tirada pelo autor em 2020.

Assim, as diretrizes neste local buscam a potencialização deste uso, com o alargamento da via em 1,40m, chegando a uma largura total de 6,20m por meio da ocupação do espaço disponível, atualmente ocupado por uma vegetação espontânea. Neste trecho é proposta uma via compartilhada<sup>19</sup>, com a demarcação de uma faixa destinada ao pedestre adequada para a prática de exercícios. Aproveitando do asfalto presente que está em boas condições e da ausência de demanda por estacionamento nessa área, esse uso potencializa as apropriações por corrida e caminhada presentes. A faixa destinada ao pedestre pode ser pintada na via com a técnica de concerto pigmento, por meio do recapeamento do piso com uma mistura de tinta e concreto ou com o uso da técnica de “pintura a quente” uso de tinta específica para este tipo de demarcação em placas, aquecida com maçarico na hora da aplicação.

---

<sup>19</sup> Via sem separação nítida entre a calçada e o eixo de rolamento.

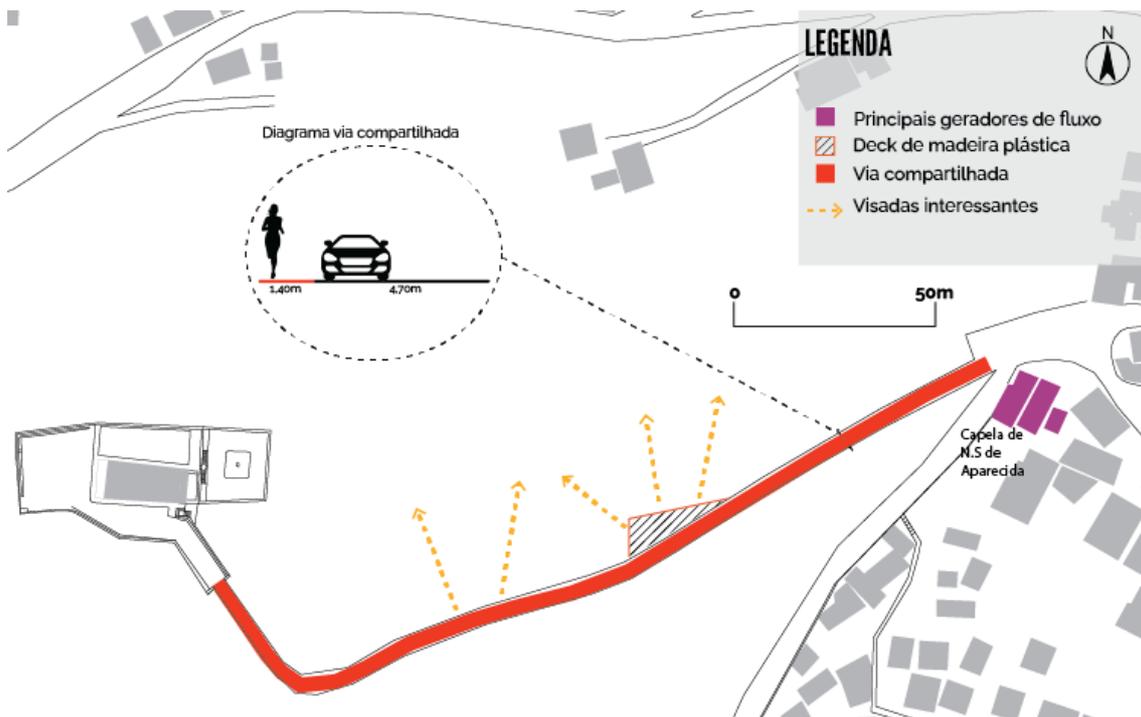
Figura 63:concreto pigmento e pintura a quente.



fonte: [HTTPS://vadebike.org/](https://vadebike.org/)

Além disso, podem ser construídos um pequeno deck de madeira plástica, que pode abrigar mobiliário dedicado ao descanso e à contemplação da paisagem.

Figura 64:Diretrizes R. Eng. Corrêa entre o Museu e a Capela.



Feito pelo autor em 2020.

Finalmente, chega-se ao Museu Casa dos Inconfidentes, como já apresentado, um espaço bem utilizado para atividades eventuais, subutilizado no cotidiano, porém com um grande potencial relacionado a apropriação pública, revelado pela variedade de usos eventuais que já recebeu.

Acredita-se que o uso cotidiano pode deixá-lo ainda mais ativo e aumentar a identificação da população local com este equipamento público. Em uma área carente de espaços dedicados ao lazer, um espaço público com uma área tão flexível em seu entorno é algo muito valioso, uma oportunidade de fomentar o lazer, conciliando usos dedicados a atividades ativas e passivas a fim de atender a diferentes grupos de usuários.

A área entorno do Museu não possui geradores de fluxos cotidianos, ou mesmo edificações de qualquer tipo, a circulação limita-se ao ir e vir de visitantes e funcionários e pessoas que fazem atividades físicas no caminho entre o museu e a Praça Prefeito Alberto Caram (largo da Capela de N.S de Aparecida). Não há grande variabilidade de usos no dia a dia, como é observado nas atividades eventuais.

Figura 65: Museu Casa dos Inconfidentes.



Fonte: <https://www.conhecaminas.com/>

Por outro lado, tanto o relevo, quanto à maior disponibilidade de áreas livres dispõem de e condições favoráveis à apropriação, pela topografia pouco acidentada e pelas possibilidades de conexão entre as áreas livres do local, que são bem mais generosas em relação aos outros ELUPs do bairro. Esses fatores favorecem a acessibilidade e a flexibilidade. Além disso, destaca-se a vista panorâmica para o Centro Histórico, que traz mais possibilidades de usos e agrega valor à qualquer atividade desempenhada. É um local com muito potencial, porém pouco apropriado no cotidiano.

Dessa forma, as diretrizes objetivam uma maior integração entre os espaços e mais oportunidades de lazer ativo. Assim, é proposto o nivelamento da área demarcada em sua porção oeste, possibilitando maior integração com o jardim ao norte. O espaço fica mais

contínuo e é separada uma área destinada a recreação, que pode receber um parquinho e mesa de jogos de concreto, que podem ser apropriadas de formas variadas, como tênis de mesa e brincadeiras com bola. Além disso, pode ser instalada também uma estação de alongamentos e exercícios nesta área, complementando a pista de corrida e criando uma noção de chegada. Além disso, são propostos bebedouros de apoio. O diagrama de usos abaixo demonstra a divisão de áreas proposta.

Figura 66: Mapa de usos proposto para a área externa do Museu Casa dos Inconfidentes



Produzido pelo autor em 2020.

Para o pátio inferior, onde foi colocado um chafariz, pretende-se mantê-lo desobstruído, o que oferece mais flexibilidade para as apropriações eventuais que ocorrem no local, como excursões escolares e oficinas teatrais. Foi possível delimitar uma área para o estacionamento, a partir da área que já recebe essa demanda atualmente.

O museu é um componente muito importante para o sistema e as diretrizes propostas visam deixá-lo um ambiente ativo também em seu cotidiano, com usos que não inviabilizam o seu funcionamento institucional, mas pelo contrário, potencializam-no, atraindo mais pessoas para o espaço e promovendo a identificação comunitária com o espaço.

A exemplo da quadra na Praça Benjamim Gonçalves de Faria, também é proposta a articulação entre diferentes atores para a elaboração de um calendário de atividades,

principalmente nos primeiros meses após a intervenção. No caso do museu, destaca-se os atores potenciais: Prefeitura Municipal, na figura dos responsáveis pelo espaço, das secretarias de cultura e patrimônio, educação, turismo e esporte; a academia, com a participação de grupos ligados às ciências sociais, cultura e educação física; grupos independentes de teatro, dança ou outros tipos de manifestação cultural; escolas municipais; grupos de capoeira da região; dentre outros.

No trabalho dos pontos protagonistas desse possível sistema de espaços livres voltados para o lazer da região, foi preciso atentar para a conexão entre eles, fundamental para a sua fruição e que consiste em um componente essencial do sistema. Um grande desafio, devido às já mencionadas questões históricas, que deram origem a um sistema viário com muitos problemas técnicos. Mas, apesar desse contexto, acreditou-se que era possível aprimorar a ligação entre esses espaços livres de diferentes maneiras, dependendo das características específicas de cada seção do trajeto.

A largura das ruas varia predominantemente entre 4 a 5 metros, e metade delas não tem saída, o que não permite o acesso do transporte público, os ônibus ficando restritos à rua Rodrigo Silva e à parte da rua Engenheiro Correia (SANTANA, 2012), que formam um importante eixo de circulação e comércio no bairro. Se por um lado existem trechos em que é muito difícil, ou simplesmente improdutivo intervir, existem outros mais permissivos e também algumas táticas de intervenção pouco usuais nas pequenas e médias cidades do Brasil, que não requerem tantas mudanças estruturais.

Como já introduzido, os espaços escolhidos estão dispostos linearmente, em um percurso que totaliza 720 metros, com variações no perfil de elevação na ordem de 27 metros. A dimensão linear é adequada para um percurso de corrida ou caminhada, levando em consideração a medida oficial de uma pista de atletismo, que é 400 metros. Entretanto, os principais obstáculos para que esse tipo de apropriação ocorra, ou seja incentivada, são as dimensões e condições da calçada e a largura da pista de rolamento em alguns pontos, por vezes muito estreitos e com um fluxo regular de veículos automotivos.

Por essas condições, boa parte da movimentação a pé é observada na pista de rolamento. Apesar das dificuldades em realizar intervenções no sistema viário de uma região tão adensada e com vias com tantos problemas, acredita-se que é possível, ao menos, melhorar a condição de circulação, priorizando o fluxo local a pé, através de intervenções que trabalhem de acordo com as possibilidades de cada trecho.

Dessa forma, foram apresentadas as diretrizes para os dois alargamentos viários do sistema (Praça Prefeito Alberto Caram e o largo no entroncamento das ruas Eng. Corrêa e Rodrigo Silva). Esses casos demonstraram possibilidades de melhoria do sistema viário da região. Se as vias são heterogêneas e irregulares, as soluções não poderiam ser as mesmas em todas as vias.

Figura 67: Diagrama de análise da oferta de atividades no sistema proposto



Fonte: Produzido pelo autor com base em imagem de satélite (Google Earth)

Considerando os quatro ELUPs<sup>20</sup> componentes do sistema analisado e as conexões entre eles, percebe-se que a natureza das propostas varia entre cada um. Há casos em que as orientações se limitam a manutenção do que já está consolidado, em outros foram propostas intervenções de simples execução e em outros, se prevê modificações um pouco mais robustas, ainda que, ao serem comparadas à projetos em voga nas grandes cidades do país, sejam soluções tecnicamente modestas.

As diretrizes constituíram um sistema com usos complementares em muitos sentidos, combinando usos ligados à recreação, ao esporte, com o lazer passivo e melhorando a comunicação entre as áreas. Com pequenas mudanças e adequações, buscou-se propor um ambiente mais propício à permanência, ao convívio e à apropriação. Apesar de não serem tão complexas ou custosas, as recomendações foram pensadas de

<sup>20</sup> Espaços Livres de Uso Público

forma a ser capazes de melhorar aspectos da vida cotidiana, que podem interferir indiretamente na qualidade de vida dos moradores do bairro.

## **5. Considerações Finais**

Assim, por sua inserção urbana, pelo contexto socioeconômico de seus moradores, e por ser um local preterido historicamente no quesito infraestrutura pública, é muito relevante que o trabalho da arquitetura e do urbanismo na Vila Aparecida seja visto como uma ferramenta de fortalecimento e incremento da cidadania através do incremento do lazer público. É uma forma de resistência, ao permitir inúmeras possibilidades junto às manifestações da cultura popular, sobretudo no lazer e no esporte, disseminados enquanto mercadoria<sup>21</sup> na contemporaneidade.

O reconhecimento dos espaços livres do bairro, contextualizados de acordo com as dinâmicas locais, tendo em vista identificar os principais problemas e potencialidades do sistema foi fundamental para a determinação de objetivos e estratégias para melhorá-lo. Esse estudo tornou possível a escolha das áreas mais estratégicas, tanto pela força das ações e interações sociais que já abrigam, quanto das que podem vir a abrigar, por suas características espaciais realidade abordada nesse trabalho é extremamente comum nas cidades brasileiras.

Áreas periféricas, fruto de um desenvolvimento urbano irregular, desigual e não planejado, são muito referenciadas pelos seus problemas e impactos negativos na cidade como um todo, e pouco se fala acerca de oportunidade de melhoria, aumento da qualidade de vida e fornecimento de infraestrutura pública de qualidade. Essa situação contribui para a falta de engajamento dos moradores frente ao poder público e a desatenção dos órgãos responsáveis, levando a manutenção dos problemas, na medida em que é assumido uma espécie de senso comum de que não existem opções viáveis para solucioná-los. Esse trabalho mostra o valor de pequenas ações, que podem causar uma melhoria considerável no cotidiano das pessoas, com possíveis reverberações indiretas em aspectos como saúde, segurança e vida comunitária. Como analisa Santana (2012), o principal obstáculo para a melhoria do lazer público na região é a desarticulação entre poder público e população

Invisibilizadas por problemas tidos como mais urgentes, atitudes para o incremento do lazer público são segregadas e ficam em segundo plano, apesar de serem

---

<sup>21</sup> Segundo Marx, mercadoria é aquilo que se produz para o mercado, tendo seu valor ligado ao valor de uso ou de serviço (MARX, 1980).

conhecidos os impactos positivos de uma vida mais ativa, em aspectos socioculturais e físicos. É preciso que o poder público esteja presente também em aspectos positivos da vida cotidiana e não só em situações emergenciais. Inclusive, o acesso ao lazer é hoje direito fundamental, com seu papel na qualidade de vida das pessoas reconhecido mundialmente.

O lazer é em geral concebido como algo segregado da cultura e da vida em sociedade, restrito ao bem-estar físico e mental. Uma visão mais integradora, que envolva diferentes atores, pode contribuir para ações mais sistêmicas e adequadas às demandas dos usuários.

Assim, os espaços livres de uso público de lazer precisam compor um sistema inclusivo e abrangente, agregando usos como um todo adequados a realidade inserida, escapando de soluções genéricas que não conseguem abrigar todas as funções isoladamente. As quadras poliesportivas, por exemplo, são de fato equipamentos essenciais, possibilitadoras de uma série de atividades. Mas, é preciso enxergar além delas, pois existem aspectos da vida cotidiana que podem ser em muito melhorados com outras estruturas e estratégias, integrando mais atividades e conectando espaços livres de diferentes escalas.

O caso da Vila Aparecida mostra que assumir a imprevisibilidade dos espaços públicos e contribuir com iniciativas práticas para o sistema de espaços livres, em um local por demais adensado, com relevo irregular e infraestrutura viária deficiente é possível e não demanda tanto custo frente a outros empreendimentos públicos. Os principais requisitos para este tipo de ação são aprender com as pessoas que conhecem e utilizam o local, procurar entender as dinâmicas e procurar propostas que se insiram nelas.

Procurar conhecer o contexto é tão importante quanto o conhecimento técnico específico e aliar essas duas fontes de conhecimento se mostra essencial no exercício profissional da arquitetura e do urbanismo.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de e DE ROSE JÚNIOR, Dante; *Fenômeno Esporte: Relações com a Qualidade de Vida*. Campinas (SP): IPES Editorial, 2010.

ARAÚJO, Alice Viana de. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO EM OURO PRETO-MG. 2018. Tese de Doutorado – UFMG, Belo Horizonte, 2018.

BUENO, Fernanda Alves de Brito. Entre o Sagrado e o Profano: aspectos da Paisagem Cultural de Ouro Preto, 2017.

CALIL, Maria Ribeiro; *Expansão Urbana em Ouro Preto – MG: O Risco de Ocupar Encostas Mineradas*. Viçosa (MG): Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018.

COOPER-MARCUS, Clair; FRANCIS, Carolyn. Post-Occupancy Evaluation. In: MARCUS, Clair C.; FRANCIS, Carolyn (Eds.). *People Places: Design Guidelines for Urban Open Space*. New York: Wiley, 1998. p. 345-356.

COSTA, Everaldo Batista da; Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: As cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização global. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2011.

DACOSTA, Lamartine Pereira. (1988) *Educação Física e esportes não-formais*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

DUARTE, Cristiane Rose. *Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no*

DUMAZEDIER, Jofre (1976) *Lazer e cultura popular- Debates*, São Paulo: Perspectiva.

GEHL, Jan. *Cities for People*. Washington, DC: Island Press, 2010. 269 p.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p. (conferir)

HABERMAS, Jürgen. Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. Darmstadt/Neuwied, 1962.

HARVEY, D. *O Direito à Cidade*. Editora Piauí, n82, Julho, 2013.

HOURCADE, Hernán e GUTIÉRREZ, Gustavo Luiz; *Qualidade de vida e os estudos sobre políticas públicas de lazer*. Campinas (SP): IPES Editorial, 2004.

HUFFNER, João Gabriel Pinheiro; *Crescimento Urbano Desordenado no Município de Ponta de Pedras na Ilha do Marajó*. Grajaú (MA), InterEspaço, Revista de Geografia e Interdisciplinaridade: v. 3, n. 8 p. 159-181 jan./abr. 2017.

INGOLD, Tim. *That's enough about ethnography!* *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulben/ Fundação para Ciência e Tecnologia, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo (SP), Editora Centauro, 2001.

MACÊDO, Amanda Florêncio de; ALMEIDA, André Moreas de; *O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe*. 2015. 1º Congresso Internacional de Espaços Públicos, 2015.

MACEDO, Sílvio Soares; *Espaços Livres. Paisagem Ambiente Ensaio* São Paulo n. 7 p. 15 - 56 jun. 1995.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1: O processo de produção capitalista. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1980. pp 79 - 104

MENOIA, Thelma Regina. *LAZER: história, conceitos e definições*. Monografia (bacharelado em recreação e lazer) – UNICAMP, Campinas (SP), 2000.

MORIN, Edgar. *O método 1: a natureza da natureza*. Tradução Ilana Heineberg. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NISHIKAWA, A. *O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo*. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Leandro Duque de. *Crescimento urbano de Ouro Preto-MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências*, 2015.

OURO PRETO. Lei Municipal Complementar nº93 de 20 de janeiro de 2011, que Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em: <[http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ\\_txt\(12228\).html](http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(12228).html)> Acesso em: 2019.

PEREIRA, Érico Felden [et. Al.]; *Qualidade de Vida: abordagens, conceitos e avaliação* São Paulo (SP): Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012.

QUEIROGA, Eugenio: *Da Relevância Pública dos Espaços Livres: Um Estudo Sobre Metrôpoles e Capitais Brasileiras*. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

QUAPÁ-SEL, Rede de pesquisas: <https://quapasel.wordpress.com/>

RHEINGANTZ, Paulo Afonso [et al.]. *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

ROSA, Maria Cristina. *Lazer em Ouro Preto e Mariana: Espaços e Equipamentos*; Editora UFOP, 2013.

SALGADO, Marina; *OURO PRETO: Paisagem em transformação*. 2010. Dissertação de Mestrado – UFMG, Belo Horizonte(MG), 2018.

SANTANA, Marcela M. e STEPHAN, Ítalo C.; *AS BORDAS DA CIDADE COLONIAL: O caso do bairro Vila Aparecida em Ouro Preto/MG*. Belo Horizonte (MG): 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultura, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas, Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Edmilson Santos dos: *Reflexões Sobre a Utilização de Espaços Públicos para o Lazer Esportivo*. Curitiba (PR): Editora UFPR, 2006.

SCHLEE, Mônica Bahia [et al.]; *Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual*. Rio de Janeiro, 2009. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-FAUFRJ)

UN-HABITAT. *Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies and Practice*, 2015. 124 p. Disponível em: <<https://unhabitat.org/global-public-space-toolkit-from-global-principles-to-local-policies-and-practice>>. Acesso em: 17 jun 2020..